



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA / CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES –
DIREITO DA EMPRESA – DIREITO PENAL 2018/2019

Unidade curricular

DIREITO DA INSOLVÊNCIA

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Rui Carlos Gonçalves Pinto – 2 horas semanais (2 horas de aulas teóricas e práticas)

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Conhecer os fundamentos e regimes da insolvência, em ordem à aquisição de competências de aplicação crítica das normas respetivas tanto em ambiente teórico, como na vida prática.

Conteúdos programáticos

Conteúdos estruturados a partir de LUÍS MENEZES LEITÃO, *Direito da Insolvência*, 8ª ed., 2018.

Módulo 1 – Introdução

1. O Direito da Insolvência

- 1.1. *Dimensão substantiva*
- 1.2. *Dimensão adjetiva: processo e procedimento de insolvência*

2. Fontes do Direito da Insolvência

- 2.1. *Evolução geral*
 - 2.1.1. Direitos Romano e Intermédio
 - 2.1.2. A Codificação
 - 2.1.3. Surgimento do princípio da recuperação de empresas
 - 2.1.4. Tendências recentes
 - 2.1.5. A europeização da Insolvência: o Reg (CE) nº 1346 e o Reg (EU) nº 848/2015
- 2.2. *Evolução em Portugal*
 - 2.2.1. Sistema de falência-liquidação: das Ordenações ao Código de Processo Civil de 1939
 - 2.2.2. Sistema de falência-saneamento: do Código de Processo Civil de 1961 ao CPREF
 - 2.2.3. Retorno moderado ao sistema de falência-liquidação: o CIRE, a Lei nº 16/2012, de 20 de Abril e o DL 178/2012, de 3 de agosto
 - 2.2.4. As alterações trazidas pelo Decreto-Lei nº 79/2017, de 30 de junho



3. Situação de insolvência

- 3.1. *Critérios definidores*
- 3.2. *Critério da lei portuguesa*

Módulo 2 – Sujeitos e objeto da insolvência

1. Sujeitos da insolvência

- 1.1 *Regra geral da sujeição ao regime comum da insolvência*
- 1.2. *Regras especiais*
 - 1.2.1. Exclusões absolutas de aplicação
 - 1.2.1. Exclusões relativas de aplicação

2. Objecto da insolvência: a massa insolvente

- 2.1. *Objetivo ativo: a massa insolvente*
 - 2.1.1. Âmbito
 - 2.1.2. Função
 - 2.1.3. Composição
- 2.2. *Objeto passivo: os créditos*
 - 2.2.1. Conceito e espécie
 - 2.2.2. Categorias
 - 2.2.2.1. Dívidas da massa insolvente
 - 2.2.2.2. Créditos garantidos
 - 2.2.2.3. Créditos privilegiados
 - 2.2.2.4. Créditos comuns
 - 2.2.2.5. Créditos subordinados
 - 2.2.3. Os créditos sob condição

Módulo 3 – Procedimentos de recuperação do insolvente

1. Procedimentos extrajudiciais

- 1.1. **Sistema de recuperação de empresas por via extrajudicial**
 - 1.1.1. *Âmbito subjetivo e objetivo*
 - 1.1.2. *Pressupostos.*
 - 1.1.3. *Procedimento*
 - 1.1.4. *Eficácia jurídica*
- 1.2. **Regime extrajudicial de recuperação de empresas**
 - 1.2.1. *Âmbito subjetivo e objetivo*
 - 1.2.2. *Pressupostos*
 - 1.2.3. *O Mediador de Recuperação de Empresas. Estatuto*
 - 1.2.4. *Procedimento*
 - 1.2.5. *Eficácia jurídica*



2. Processos judiciais

2.1. Processo especial de revitalização

- 2.1.1. *Âmbito*
- 2.1.2. *Pressupostos legais*
- 2.1.3. *Procedimento*
- 2.1.4. *Efeitos da nomeação do administrador provisório*
- 2.1.5. *Conclusão do processo de revitalização*
- 2.1.6. *Regimes especiais*
 - 2.1.6.1. Homologação de acordos extrajudiciais de recuperação do devedor
 - 2.1.6.2. Subsistência dos negócios e garantias acordados, apesar da insolvência

2.2. Processo especial para acordo de pagamento

- 2.2.1. *Âmbito*
- 2.2.2. *Regime*

Módulo 4 – Processo de insolvência

1. Órgãos da insolvência

- 1.1. *Tribunal*
 - 1.1.1. Determinação de competência
 - 1.1.2. Competências
- 1.2. *Administrador da insolvência*
 - 1.2.1. Nomeação
 - 1.2.2. Funções
 - 1.2.3. Exercício do cargo. Cessação de funções
 - 1.2.4. Remuneração
 - 1.2.5. Fiscalização
 - 1.2.6. Prestação de contas
 - 1.2.7. Responsabilidade: fiscal, disciplinar e civil
- 1.3. *Comissão de credores*
 - 1.3.1. Nomeação e composição
 - 1.3.2. Funções. Cessação
 - 1.3.3. Funcionamento
 - 1.3.4. Estatuto dos membros
- 1.4. *Assembleia de credores*
 - 1.4.1. Competência
 - 1.4.2. Convocação
 - 1.4.3. Participação na assembleia
 - 1.4.4. Votação
 - 1.4.5. Funcionamento e suspensão
 - 1.4.6. Cessação

2. Procedimento

- 2.1. *Pedido de declaração de insolvência*
 - 2.1.1. Legitimidade
 - 2.1.1.1. Devedor
 - 2.1.1.2. Outros legitimados
 - 2.1.2. Requisitos



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 2.1.3. Falta de fundamentação
- 2.1.4. Desistência do pedido ou da instância
- 2.2. *Apreciação liminar*
- 2.3. *Oposição*
- 2.4. *Audiência de julgamento*
- 2.5. *Sentença*
 - 2.5.1. Indeferimento
 - 2.5.2. Declaração de insolvência: conteúdo; efeitos (remissão); abertura do incidente de qualificação da incidência (remissão)
 - 2.5.3. Notificação, citação e publicidade
 - 2.5.4. Impugnação
- 2.6. *Reclamação e verificação de créditos*
 - 2.6.1. *Condições materiais*
 - 2.6.2. *Momento. Admissibilidade de reclamação posterior*
 - 2.6.3. *Forma e conteúdo*
 - 2.6.4. *Saneamento*
 - 2.6.5. *Instrução*
 - 2.6.6. *Discussão e julgamento*
 - 2.6.7. *Sentença*
- 2.7. *Restituição e separação de bens. Admissibilidade de restituição posterior*
- 2.8. *Relatório do administrador da insolvência.*
- 2.9. *Assembleia de credores de apreciação do relatório. Abertura do incidente de qualificação da insolvência (remissão)*
- 2.10. *Liquidação da massa insolvente*
 - 2.10.1. Procedimento
 - 2.10.1.1. Início
 - 2.10.1.2. Alienação dos bens da massa insolvente
 - 2.10.1.3. Depósito do produto das vendas
 - 2.10.1.4. Conclusão
 - 2.10.2. Regimes especiais
 - 2.10.2.1. Liquidação de bens em contitularidade, indivisão ou litigiosos
 - 2.10.2.2. Atos de especial relevo
 - 2.10.2.3. Alienação de empresa compreendida na massa insolvente
 - 2.10.3. Liquidação conforme regulação em plano de insolvência (remissão)
 - 2.10.4. Vicissitudes: dispensa, suspensão e interrupção da liquidação
- 2.11. *Pagamento*
 - 2.11.1. Distribuição e rateio final
 - 2.11.1.1. Atos
 - 2.11.1.2. Ordem da distribuição dos pagamentos
 - 2.11.1.2.1. Dívidas da massa insolvente
 - 2.11.1.2.2. Créditos garantidos
 - 2.11.1.2.3. Créditos privilegiados
 - 2.11.1.2.4. Créditos comuns
 - 2.11.1.2.5. Créditos subordinados
 - 2.11.1.2.6. Regimes especiais
 - 2.11.1.2.6.1. Credores de obrigações solidárias
 - 2.11.1.2.6.2. Créditos sob condição suspensiva
 - 2.11.1.2.6.3. Créditos emergentes de contrato de trabalho
 - 2.11.1.2.6.4. Créditos do Estado e das autarquias locais
 - 2.11.1.2.6.5. Créditos das instituições de segurança social
 - 2.11.1.2.6.6. Créditos do Instituto do Emprego e Formação Profissional
 - 2.11.2. Operações de pagamento
- 2.12. *Encerramento do processo*
 - 2.12.1. Pressupostos
 - 2.12.2. Efeitos
 - 2.12.3. Publicidade



3. Medidas cautelares

4. Sentença de insolvência (efeitos)

- 4.1. *Efeitos sobre o insolvente*
 - 4.1.1. Efeitos patrimoniais
 - 4.1.1.1. Transferência dos poderes de administração e disposição para o administrador de insolvência. Exceção: a administração pelo devedor
 - 4.1.1.2. Apreensão dos bens
 - 4.1.2. Efeitos pessoais principais
 - 4.1.2.1. A discutida incapacidade do insolvente pessoa singular
 - 4.1.2.2. Dissolução do insolvente pessoa coletiva
 - 4.1.3. Efeitos pessoais secundários
 - 4.1.3.1. Restrição da administração de bens de terceiro pelo insolvente pessoa singular
 - 4.1.3.2. Fixação de residência ao devedor e administradores
 - 4.1.3.3. Deveres de colaboração, informação e apresentação
 - 4.1.3.4. Direito a alimentos do devedor pessoa singular
- 4.2. *Efeitos sobre as ações judiciais*
- 4.3. *Efeitos sobre os créditos*
- 4.4. *Efeitos sobre os negócios em curso*
 - 4.4.1. *Generalidades. Injuntividade dos feitos da insolvência sobre os negócios em curso*
 - 4.4.2. *Direito de opção do administrador de insolvência*
 - 4.4.3. *Casos especiais de prestações de coisas infungíveis e de prestações fracionadas*
 - 4.4.4. *Venda com reserva de propriedade, locação financeira e locação-venda*
 - 4.4.5. *Venda sem entrega*
 - 4.4.6. *Contrato-promessa*
 - 4.4.7. *Operações a prazo*
 - 4.4.8. *Contrato de locação*
 - 4.4.9. *Contratos de mandato e de gestão*
 - 4.4.10. *Procurações*
 - 4.4.11. *Contrato de trabalho*
 - 4.4.12. *Contrato de prestação de serviços*
 - 4.4.13. *Cessão e penhor de créditos futuros*
 - 4.4.14. *Contrato de conta-corrente*
 - 4.4.15. *Contratos de associação em participação*
 - 4.4.16. *Agrupamento complementar de empresas e agrupamento europeu de interesse económico*
- 4.5. *Resolubilidade em benefício da massa insolvente*
 - 4.5.1. Generalidades
 - 4.5.1.1. Soluções históricas
 - 4.5.1.2. Relações com a impugnação pauliana
 - 4.5.1.3. Exclusões da resolubilidade
 - 4.5.1.4. Natureza jurídica
 - 4.5.2. Requisitos
 - 4.5.2.1. Gerais
 - 4.5.2.2. Especiais da resolução incondicional
 - 4.5.3. Legitimidade ativa e passiva
 - 4.5.4. Formas e prazo de exercício
 - 4.5.5. Oponibilidade da resolução a terceiros, incluindo transmissários posteriores
 - 4.5.6. Efeitos
 - 4.5.7. Impugnação
- 4.6. *Abertura do incidente de qualificação da insolvência (remissão)*

5. Incidente de qualificação da insolvência

- 5.1. *Pressupostos da qualificação*
- 5.2. *Procedimento*



- 5.3. *Efeitos*
 - 5.3.1. Inibição para a administração de património de terceiros
 - 5.3.2. Inibição para o exercício do comércio e para a ocupação de cargos sociais em certas pessoas coletivas
 - 5.3.3. Perda de créditos sobre a insolvência ou sobre a massa insolvente
 - 5.3.4. Indemnização aos credores do devedor insolvente

6. Plano de insolvência

- 6.1. *Generalidades: origem, função e natureza jurídica*
- 6.2. *Âmbito objetivo; exclusões*
- 6.3. *Legitimidade para apresentação de proposta*
- 6.4. *Conteúdo*
- 6.5. *Condições de eficácia*
- 6.6. *Procedimento*
- 6.7. *Efeitos da homologação*
- 6.8. *Execução*

Módulo 5 – Regime especial de insolvência de pessoas singulares

1. Exoneração do passivo restante

- 1.1. *Pressupostos*
- 1.2. *Procedimento*
 - 1.2.1. Fase probatória
 - 1.2.1.1. Pedido
 - 1.2.1.2. Indeferimento liminar
 - 1.2.1.3. Despacho inicial
 - 1.2.1.3.1. Conteúdo
 - 1.2.1.3.2. Efeitos
 - 1.2.1.3.2.1. Cessaçã o rendimento disponível ao credor
 - 1.2.1.3.2.2. Situação jurídica do fiduciário
 - 1.2.1.3.2.3. Situação jurídica do devedor
 - 1.2.1.3.2.4. Situação jurídica do credor
 - 1.2.2. Cessaçã o antecipada do procedimento
 - 1.2.3. Concessã o da exoneraçã o do passivo restante. Revogaçã o
- 1.3. *Natureza jurídica*

2. Plano de pagamentos aos credores

- 2.1. *Pressupostos*
- 2.2. *Conteúdo*
- 2.3. *Procedimento*
 - 2.3.1. Apresentaçã o. Efeitos
 - 2.3.2. Apreciaçã o liminar. Efeitos
 - 2.3.3. Aprovaçã o. Decretamento da insolvência
 - 2.3.4. Termos subsequentes
- 2.4. *Nã o aprovaçã o ou revogaçã o*
- 2.5. *Incumprimento do plano de pagamentos*
- 2.6. *Instauraçã o de novos processos de insolvência*



3. Insolvência de ambos os cônjuges

- 3.1. *Generalidades: a coligação de cônjuges*
- 3.2. *A coligação de cônjuges*
 - 3.2.1. Pressupostos
 - 3.2.2. Verificação
 - 3.2.3. Efeitos

Módulo 6 – Insolvência internacional

- 1. **Conceito**
- 2. **O Reg (UE) nº 848/2015, de 20 de maio, revogatório do Reg (CE) nº 1346/2000**
 - 2.1. *Âmbito*
 - 2.1.1. *Material*
 - 2.1.2. *Subjetivo*
 - 2.1.3. *Territorial*
 - 2.1.4. *Temporal*
 - 2.2. *Determinação da lei aplicável*
 - 2.3. *Regras específicas*
 - 2.4. *Regras de competência internacional*
 - 2.5. *Interações entre processos internos e comunitários*
 - 2.5.1. *Repercussão dos processos de insolvência pendentes em tribunais portugueses*
 - 2.5.2. *Repercussão em Portugal dos processos de insolvência pendentes no estrangeiro*

Módulo 7 – Direito penal da insolvência

- 1. **Crime de insolvência dolosa**
- 2. **Frustração de créditos**
- 3. **Insolvência negligente**
- 4. **Favorecimento de credores**
- 5. **Agravação das penas**
- 6. **Indiciação de infração penal em processo de insolvência**

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

As matérias escolhidas constituem os fundamentos e regimes mais relevantes da insolvência em Portugal.



Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A matéria será lecionada em 2 horas semanais em AULAS TEÓRICAS e PRÁTICAS

A) CRONOGRAMA DAS AULAS TEÓRICAS

SEMANA	AULA+ CONTEÚDOS
1ª SEMANA	1ª AULA:> Apresentação. Programa. Bibliografia. Avaliação. cronograma 2ª AULA> Módulo 1.1. e 1.2. (aula teórica)
2ª SEMANA	3ª AULA> Módulo 1.3. (aula teórica) 4ª AULA> Módulo 1.3. (aula prática)
3ª SEMANA	5ª AULA> Módulo 2.1 e 2.2. (aula teórica) 6ª AULA> Módulo 2.1. e 2.2 (aula prática)
4ª SEMANA	7ª AULA> Módulo 3.1 e 3.2. (aula teórica) 8ª AULA> Módulo 3.1 e 3.2. (aula prática)
5ª SEMANA	9ª AULA> Módulo 3.1 e 3.2. (aula prática) 10ª AULA> Módulo 4.1 (aula teórica)
6ª SEMANA	11ª AULA> Módulos 4.1 (aula prática) 12ª AULA> Módulo 4.2. (aula teórica)
7ª SEMANA	13ª AULA> Módulo 4.3. e 4.4. (aula teórica) 14ª AULA> Módulo 4.3. e 4.4. (aula teórica)
8ª SEMANA	15ª AULA> Módulo 4.4. (aula teórica) 16ª AULA> Módulo 4.4. (aula teórica)
9ª SEMANA	17ª AULA> Módulo 4.4. (aula prática) 18ª AULA> Módulo 4.5. (aula teórica)
10ª SEMANA	19ª AULA> Módulo 4.5. (aula prática) 20ª AULA> Módulo 4.5. (aula prática)
11ª SEMANA	21ª AULA> Módulos 4.6. (aula teórica)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

	22ª AULA> Módulo 4.6. (aula prática)
12ª SEMANA	23ª AULA> Módulo 5.1 (aula teórica) 24ª AULA> Módulo 5.1 (aula prática)
13ª SEMANA	25ª AULA> Módulo 5.1 (aula prática) 26ª AULA> Módulo 5.1. (aula prática)
14ª SEMANA	27ª AULA> Módulo 5.2. e 5.3. (aula teórica) 28ª AULA> Módulo 5.2. e 5.3. (aula prática)
15ª SEMANA	29ª AULA> Módulos 6 e 7 (aula teórica) . 30ª AULA> Módulos 6 e 7 (aula prática) . Resolução de dúvidas. Apresentação da avaliação

B) Nas AULAS PRÁTICAS o aluno irá colocar dúvidas, resolver situações práticas e analisar jurisprudência, oralmente e por escrito. Em regra haverá um caso prático para discutir por cada ponto da matéria. Estas tarefas serão objeto de AVALIAÇÃO, sendo que o pensamento crítico e criativo será especialmente valorizado.

A AVALIAÇÃO compreende os seguintes elementos de aferição de conhecimentos:

– **ELEMENTO DE AVALIAÇÃO Nº 1 (10%): intervenções orais e escritas**

– **ELEMENTO DE AVALIAÇÃO Nº 2 (40%):**

- a) **Comentário jurisprudencial (20%) – trabalho individual de até 5 págs. úteis, a entregar por email até às 24 h de 4.11.2018, sobre qualquer matéria até ao ponto 4.4. (inclusive) do programa;**
- b) **Relatório de investigação (20%) – trabalho individual de até 25 págs. úteis, a entregar por email até às 24. 00 h de 16.12.2018, de reflexão sobre um dos temas da lista *infra*. Nesse trabalho pode ser aproveitado o comentário jurisprudencial prévio.**

LISTA DE TEMAS

MÓDULO 1

Critérios definidores da insolvência

MÓDULO 2

Regime de insolvência de instituições de crédito

Regime de insolvência de entidades seguradoras

Bens excluídos da massa insolvente



Créditos sob condição
Créditos transmitidos na pendência da insolvência

MÓDULO 3

Os procedimentos extrajudiciais de recuperação: em geral ou em especial.

O Mediador de Recuperação de empresas

Processo especial de revitalização: objeto e efeitos, materiais, processuais, internos e externos

Processo especial de acordo de pagamentos: objeto e efeitos, materiais, processuais, internos e externos

MÓDULO 4.1.-4.4.

Regime do administrador

Factos-índice: natureza jurídica

Créditos emergentes de contrato de trabalho

Créditos da segurança social e IIEFP

Sentença de insolvência: efeitos pessoais

Sentença de insolvência: efeitos sobre o contrato-promessa

Sentença de insolvência: efeitos sobre o contrato de locação

Sentença de insolvência: efeitos sobre o contrato de trabalho

Sentença de insolvência: efeitos sobre os negócios em curso; a resolução em benefício da massa

MÓDULO 4.5.-4.6.

Incidente de qualificação da insolvência: responsabilidade dos administradores

Incidente de qualificação da insolvência: critério de culpa

Incidente de qualificação da insolvência: efeitos

Plano de insolvência: conteúdo e efeitos

MÓDULO 5

Exoneração do passivo restante: o fiduciário

Exoneração do passivo restante: efeitos materiais e natureza jurídica

– ELEMENTO DE AVALIAÇÃO Nº 3 (50%): prova escrita de avaliação final, em data marcada pelo órgão escolar competente, com toda a matéria do Programa lecionada até uma semana antes da prova

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia adotada permite desenvolver o espírito crítico e a perceção dos principais problemas suscitados pela aplicação dos regimes legais no âmbito das matérias do programa.

Bibliografia principal

ELEMENTOS DE APOIO

i. BLOGUE DA CADEIRA: **MOODLE**

ii. BASE DE DADOS DE JURISPRUDÊNCIA: <http://www.dgsi.pt> + www.jurisprudencia.csm.org.pt

iii. LEGISLAÇÃO NACIONAL ACTUALIZADA: <http://www.pgdilisboa.pt/pgdl/>



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

BIBLIOGRAFIA

A. OBRAS DE REFERÊNCIA

Direito da Insolvência. Estudos, Coordenação RUI PINTO, Coimbra, Coimbra Editora, 2011

LEITÃO, Adelaide, *Direito da Insolvência*, Lisboa, AAFDL, 2017

LEITÃO, Luís Menezes, *Direito da Insolvência*, 8ª ed., Coimbra, Almedina, 2018.

EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual de Direito da Insolvência*, 6ª ed., Coimbra, Almedina, 2014 (reimp. 2016)

FERNANDES, Luís Carvalho/LABAREDA, João, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas anotado. Actualizado de acordo com o Decreto-Lei n.º 282/2007/Procedimento de conciliação Anotado. Legislação complementar. Índices ideográfico e sistemático*, Lisboa, Quid Juris, 2015.

PRATA, Ana / CARVALHO, Jorge Morais / SIMÕES, Rui, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas anotado*, Coimbra, Almedina, 2013.

SERRA, Catarina, *Lições de Direito da Insolvência*, Coimbra, Almedina, 2018.

— *O Regime Português da Insolvência. Uma Introdução*, 5 ed., Coimbra, Almedina, 2012.

B. OBRAS COMPLEMENTARES

A **cheio** estão marcadas as obras mais importantes para as aulas, para além das obras de referência.

ALBUQUERQUE, Pedro de, *A declaração da situação de insolvência. Alguns aspectos do seu processo*, Est. Dias Marques, 773.

— *Declaração da situação de insolvência*, Dir 137/II (2005), 507.

— *Responsabilidade processual por litigância de má fé, abuso de direito e responsabilidade civil em virtude de actos praticados no processo*

— *A responsabilidade por pedido infundado de declaração da situação de insolvência ou indevida apresentação por parte do devedor*, Coimbra, Almedina, 2006.

ALEXANDRE, Isabel, *O processo de insolvência: pressupostos processuais, tramitação, medidas cautelares e impugnação da sentença*, Th 2005, 43

ALMEIDA, Aristides Manuel da Silva Rodrigues de, *A responsabilidade pelo pedido infundado ou pela apresentação indevida à insolvência*, RED – Revista Electrónica de Direito, Junho 2015, nº



2, 1 ss.

ALVES, Lurdes Dias, *Pedido de declaração de insolvência por outro legitimado: exercício do direito de ação ou abuso de direito de ação?* VI Congresso Internacional de Ciências Jurídico-Empresariais, 116 ss.

ANDREAS / LEITHAUS, *Insolvenzordnung: InsO*, Beck, 2014.

ANTUNES, José Engrácia, O âmbito subjetivo do incidente de qualificação da insolvência, Revista de Direito da Insolvência, nº 1 (2017)

AREIAS, Maria João, Insolvência de pessoa casada num dos regimes de comunhão ? sua articulação com o regime da responsabilidade por dívidas dos cônjuges, Revista de Direito da Insolvência, nº 1 (2017)

ARSÉNIO, Manuel Silva Arsénio, Recuperação de empresas por via judicial e extrajudicial, Revista de Direito da Insolvência, nº 0 (2016)

ASCENSÃO, José de Oliveira, Efeitos da falência sobre a pessoa e negócios do falido, ROA 55/III (1995), 641.

— ***Insolvência: efeitos sobre os negócios em curso* Th 2005, 105 = DirJ XIX/2 (2005), 233 = ROA 65/II (2005), 281 = Est. Sousa Franco II, 281.**

AYER, John D. / BERNSTEIN, Michael / FRIEDLAND, Jonathan, An overview of the automatic stay, American Bankruptcy Institute Journal.

BATTLE, Mercedes, Faria, *La calificación del concurso: presupuestos objetivos, sanciones y presunciones legales*, RDM 2004, 67

BECKER, Christoph, *Insolvenzrecht*, 2ª ed., Köln/Berlin/München, Carl Heymanns, 2008.

BORK, Reinhard, *Einführung in das Insolvenzrecht*, Tübingen, Mohr Siebeck, 2005.

— *Der Insolvenzplan*, ZZP, 109(1996), 473.

BORK, Reinhard / HÖLZLE, *Handbuch Insolvenzrecht. Kommentar zur Insolvenzordnung*

BOULAROT, Ana Paula, Processo de insolvência e ações conexas ? Resenha jurisprudencial do STJ 2015 a 2016, Revista de Direito da Insolvência, nº 1 (2017)

BRANCO, José Manuel, Plano de pagamentos, Revista de Direito da Insolvência, nº 0 (2016)

— ***Responsabilidade Patrimonial e Insolvência Culposa, Coimbra, Almedina, 2015***

— ***Uma abordagem estatística ao fenómeno da insolvência: evolução e tendências. Quem a pede e que respostas recebe do sistema judicial, , Revista de Direito da Insolvência, nº 1 (2017)***

BRAUN, Eberhard, vide *Insolvenzordnung (InsO) Kommentar*.

BRAUN, Susanne, *German Insolvency Act: Special provisions of consumer insolvency proceedings and the discharge of residual debts*, GLJ 1 (2005), 59 ss.

BREI, Kathrin/BULTMANN, Britta, *Insolvenzrecht*, Baden~Baden, Nomos, 2008.

BRITO, Maria Helena, Falências internacionais, Est. Dias Marques, 626.

— ***Falências internacionais. Algumas considerações a propósito do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, Th 2005, 183***



- CARVALHO, António Nunes de, *Reflexos laborais do Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência*, RDES 1-2-3 (1995), 55 e 4 (1995), 319.**
- CASANOVA, Nuno Salazar, *Processo Especial de Revitalização - Comentários aos Artigos 17º - A a 17º I do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Coimbra Editora, 2014.**
- CASTAGNOLA, Angelo, *La liberazione del debitore (discharge) nel diritto fallimentare statunitense*, Milano, Giuffrè, 1993.
- *L'esdebitazione del fallito*, GC 3 (2006), 448
- CASTRO, Carlos Osório de, *Preâmbulo não publicado do Decreto-Lei que aprova o Código, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Comunicações sobre o Anteprojecto de Código*, 197.
- CASTRO, Gonçalo Andrade e, *Efeitos da declaração de insolvência sobre os créditos*, DirJ XIX/2 (2005), 263.**
- CÉSAR, Gisela, *Os Efeitos da Insolvência sobre o Contrato Promessa em Curso. Em Particular o Contrato-Promessa Sinalizado no caso de Insolvência do Promitente Vendedor*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2017.**
- Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Comunicações sobre o Anteprojecto de Código*. MJ/GPLP, Coimbra, Coimbra Editora, 2004.
- COELHO, José Gabriel Pinto, *Efeitos da falência sobre a capacidade do falido, segundo o novo Código de Processo Civil*, Estudos de Direito Comercial, vol. I — Das Falências, Coimbra, Almedina, 1989, 11.
- I Congresso de Direito da Insolvência, coord. CATARINA SERRA, Coimbra, Almedina, 2014.**
- II Congresso de Direito da Insolvência, coord. CATARINA SERRA, Coimbra, Almedina, 2014.**
- CORDEIRO, António Menezes, *Introdução ao Direito da Insolvência*, Dir XIX/3 (2005), 465.**
- *Perspetivas evolutivas do Direito da Insolvência*, Coimbra, Almedina, 2014**
- CORREIA, Ferrer, *Lições de Direito Comercial*, vol. I, Coimbra, 1973.
- COSTA, Maria Olímpia da Silva, *Dever de Apresentação à Insolvência*, Coimbra, Almedina, 2017 (ebook).**
- COSTA, Salvador da, *O concurso de credores*, Coimbra, Almedina, 2001.
- COSTEIRA, Maria José, *Novo Direito da Insolvência*, Th 2005, 25.**
- ***Os efeitos da declaração de insolvência no Contrato de Trabalho: a tutela dos créditos laborais*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2017**
- ***Verificação e graduação de créditos*, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Comunicações sobre o Anteprojecto de Código, 69.**
- CRISTAS, Maria da Assunção Oliveira, *Exoneração do passivo restante*, Th 2005, 165**
- CRUZ, Nuno Gundar da, *Processo especial de revitalização. Estudo sobre os poderes do juiz*, Lisboa, Petrony, 2016.**
- CUNHA, Paulo Olavo, *A recuperação de sociedades no contexto do PER e da insolvência*, Revista de Direito da Insolvência, nº 0 (2016).**

Derecho Concursal. Estudio sistemático de la Ley 22/2003 y de la Ley 8/2003, para la Reforma Concursal, (dir. Garcia Villaverde / Alonso Ureba / Pulgar Ezquerra), Parcuelllos del



Jarama (Madrid), Dilex, 2003.

DI MASSA, Rudolf, *II diritto concorsuale statunitense fra risanamento e liquidazione*, Fall 9 (2003), 954.

DIAS, Sara Luís, *A Afetação do Crédito Tributário no Plano de Recuperação da Empresa Insolvente e no Plano Especial de Revitalização*, Revista de Direito da Insolvência, nº 0 (2016)

DINIS, David Sequeira / SACOTO, Constança Borges, *Créditos Pré e Pós PER*, Revista de Direito da Insolvência, nº 1 (2017)

DIZ, Fernando Martin, *Calificación del concurso. Conclusion y reapertura*, Estudios de Derecho concursal, 589

DUARTE, Rui Pinto, *Classificação dos créditos sobre a massa insolvente no Projecto de Código da Insolvência e Recuperação de Empresas*, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Comunicações sobre o Anteprojecto de Código, 51.

– ***Efeitos da declaração de insolvência quanta a pessoa do devedor*, Th 2005, 131.**

EBELING, Stefan, vide HEVRATH, Michael/EBELING, Stefan/RECK, Reinhard.

EIDENMULLER, Horst, *Gesellschafterstellung und Insolvenzplan*, ZUG 5 (2001), 680.

EHRICKE, Ulrich, *Insolvenzrecht*, Tübingen, Springer, 2008.

ENGBERDING, Toni, *Der Insolvenzplan*, Mittbestimmung, 1993 / 3, 62-63.

EPIFANIO, Maria do Rosário, *Efeitos da declaração de insolvência sobre o insolvente novo Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, DirJ XIX/2 (2005), 191.

– ***Estudos de Direito da Insolvência*, 1ª ed., Coimbra, Almedina, (reimp. 2017)**

– ***El nuevo derecho concursal portugues*, RDCPc 2 (2005), 385.**

– ***O processo Especial de Revitalização*, Coimbra, Almedina, 2015 (reimp. 2016)**

– ***Os efeitos substantivos da falencia*, Porto, Universidade Católica Portuguesa, 2000.**

Estudios de derecho concursal, (dir. PEINADO GRACIA / GARACH/JIMENEZ SANCHEZ), Madrid, Marcial Pons, 2006.

Estudios de Derecho concursal, (dir. PEREZ-CRUZ MARTIN), Santiago de Compostela, Torculo Edicions, 2005.

Estudios sobre la nueva legislacion concursal, (int. GONZALEZ MONTES), Centro de Estudios Jundicos, Navarra, Aranzadi, 2006.

Estudos em comemoração do decimo aniversário da licenciatura em Direito da Universidade do Minho, (coordenação CÂNDIDO OLIVEIRA), Coimbra, Almedina, 2004.

Estudos em memória do Professor Doutor António Marques dos Santos, Coimbra, Almedina, 2005.

Estudos em memoria do Professor Doutor José Dias Marques, Coimbra, Almedina, 2007,

Estudos jurídicos e económicos em homenagem ao Professor Doutor Sousa Franco, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.

EZQUERRA, Joana Pulgar, vide *Derecho Concursal. Estudio sistemático de la Ley 22/2003 y de la Ley 8/2003, para la Reforma Concursal*



FERNANDES, Luís Carvalho, *A qualificação da insolvência e a administração da massa insolvente pelo devedor*, Th 2005, 81.

– ***Efeitos de declaração de insolvência no contrato de trabalho segundo o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, sep. RDES 1-2-3 (2004), 5.**

– ***Efeitos substantivos da declaração de falência*, DirJ IX (1995), 19**

– *La exoneración del pasivo restante en la insolvencia de las personanaturales en el derecho portugues*, RDCPc 3 (2005), 379

– ***O Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas na evolução do regime da falência no direito português*, Est. Marques dos Santos, 1183.**

– ***O novo regime da inibição do falido para o exercício do comercio*, DirJ XIII (1999), 7.**

– *Profili generali del nuovo regime dell' insolvenza nel diritto portoghese*, DFallSC 6 (2004), 1418

FERNANDES, Luís Carvalho/LABAREDA, João, *Coletânea de Estudos sobre a Insolvência*, Lisboa, Quid Juris, 2009

– ***Insolvências transfronteiriças. Regulamento (CE) n.º 1346/2000 do Conselho anotado*, Lisboa, Quid Juris, 2003.**

– ***Regime particular da insolvencia dos conjuges, sep. Estudos dos Comemorativos dos 10 anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, vol. II, Coimbra, Almedina, 2008, pp. 705 e s.**

FERNANDEZ, Inês Fernandez, *La calificación del concurso*, La reforma de la legislación concursal. Estudio sistemático de las Leyes 22/2003 y 8/2003, de 9 de julio, 257.

FERRI, Corrado, *La «grande riforma» del diritto fallimentare nella Repubblica Federale Tedesca*, RDP XL/1 (1995) 176.

– *L'esperienza del Chapter 11. Procedura di riorganizzazione dell'impresa in prospettiva di novita legislative*, GC I/1 (2002), 65.

FINCH, Vanessa, *Corporate Insolvency law. Perspectives and principles*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

FOJON, Pablo Gonzalez-Carrero, *La calificación del concurso*, Estudios de Derecho concursal, 623.

FREGE, Michael/KELLER, Ulrich/RIEDEL, Ernst, *Insolvenzrecht*, 7ª ed., München, Beck, 2008.

FRADA, Manuel A. Carneiro, *A responsabilidade dos administradores na insolvência*, ROA 66/II (2006), 653.

Frankfurter Kommentar zur Insolvenzordnung, (dir. WIMMER), 5ª ed., 2008.

FREITAS, José Lebre de, *Apreensão, restituição, separação e venda de bens no processo de falência*, RFDUL XXXVI (1995), 371.

– *Pedido de declaração de insolvência*, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Comunicações sobre o Anteprojecto de Código, 11.

– ***Pressupostos objectivos e subjectivos da insolvencia*, Th 2005, 11**



GARAU, Guillermo Alcover, *Introducción al régimen jurídico de la calificación concursal, Derecho Concursal. Estudio sistemático de la Ley 22/2003 y de la Ley 8/2003, para la Reforma Concursal*, 487

— *La calificación concursal y los supuestos de complicidad*, RDCPc 8 (2008), 133.

GARCIA-CRUCES, José António, *El problema de la represión de la conducta del deudor*, La reforma de la legislación concursal – Jornadas sobre la reforma de la legislación concursal, Madrid, 6 a 10 de mayo de 2002, 247.

— *La calificación del concurso*, Navarra, Aranzadi, 2004.

GARCÍA-POMAREDA, Blanca Villanueva, *Alternativa a la automática subordinación de los créditos de los titulares de participaciones significativas en el concurso*, Documentos de Trabajo del Departamento de Derecho Mercantil 2012/54, Marzo 2012, Madrid, Universidad Complutense, PDF em <http://eprints.ucm.es/14702/>

GILSANZ, Andres Gutierrez, *La reforma del derecho concursal português: el Decreto-ley num. 53/2003, de 18 de marzo, por el que se aprueba el Código de Insolvencia y Recuperación de Empresas*, RDCPc 1 (2004), 360.

GOTTWALD, Peter, *Insolvenzrechts-Handbuch*, München, beck, 2006.

GOUVEIA, Mariana França, *Verificação do passivo*, Th 2005, 151.

GRACIA, Ignacio Peinado, vide *Estudios de derecho concursal*, (dir. PEINADO GRACIA/GARACH/JIMENEZ SANCHEZ).

GUGLIEMUCCI, Lino, *II diritto concorsuale tedesco fra risanamento e liquidazione*, Fall 9 (2003), 993

— *La procedura concorsuale unitaria nell'ordinamento tedesco*, GC 4 (2000), 504

— Vide *La legge tedesca sull'insolvenza (Insolvenzordnung) del 5 ottobre 1994*

HASEMEYER, Ludwig, *Insolvenzrecht*, Köln/Berlin/Bonn/München, Carl Heymanns, 2003

HEVRATH, Michael/EBELING, Stefan/RECK, Reinhard, *Schlussrechnungsprüfung im Insolvenzverfahren*, 2008.

Heidelberger Kommentar zur Insolvenzordnung (InsO), (dir. KREFT et alia), 5ª ed., Heidelberg, Müller, 2008.

HEILMANN, HANS/SMID, Stefan, *Grundzüge des Insolvenzrechts. Eine Einführung in die Grundfragen des Insolvenzrechts und die Probleme seiner Reform*, München, Beck, 1994.

Il nuovo fallimento. Commentario al R.D. 16 marzo 1942 n. 267 coordinato con le modifiche apportate dalla Legge 14 maggio 2005, n. 80 e dal D.Lgs. 9 gennaio 2006, n. 5, Milano, Giuffrè, 2006.

Insolvenzordnung (InsO) Kommentar, (dir. BRAUN), 6ª ed., München, Beck, 2014.

JACKSON, Thomas H., *The logic and limits of bankruptcy law*, Washington, Beard Books, 2001.

JACQUEMONT, Andre, *Droit des entreprises en difficulté*, Paris, Litec, 2007.

JÚNIOR, E. Santos, *O plano de insolvência: algumas notas*, Est. Dias Marques, 121.

Jurisprudência. A a Z. Insolvência, Nova Causa, 2012.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

KREFT, Gerhart, vide *Heidelberger Kommentar zur Insolvenzordnung (InsO)*.

KIRCHHOF, Hans-Peter, vide *Münchener Kommentar zur Insolvenzordnung. InsO*.

La legge tedesca sail' insolvenza (Insolvenzordnung) del 5 ottobre 1994 (diR. GUGLIEMUCCI), Milano, Giuffré, 2000.

La reforma concursal, (dir. SEIJO), Madrid, Consejo General del Poder Judicial, 2006.

La reforma de la legislacion concursal. Estudio sistemático de las Leyes 2/2003 y 8/2003, de 9 de julio, (dir. MARTIN MUNOZ), Madrid, Dykinson, 2004.

La reforma de la legislacion concursal. Jornadas sobre la reforma de la legislacion concursal, Madrid, 6 a 10 de mayo de 2002, (dir. ANGEL ROJO), Madrid, Marcial Pons, 2003.

LABAREDA, João, *O novo Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Alguns aspectos mais controversos, Miscelâneas 2 (2004), 7.*

LEDESMA, Juana, *Acuerdos de refinanciación, escudos protectores y garantías reales, 2012.*

LEITÃO, Adelaide Menezes, *Insolvência de Pessoas Singulares: a exoneração do passivo restante e o plano de pagamentos. As alterações da Lei nº 16/2012, de 20 de Abril, Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Lebre de Freitas, vol. II, Coimbra Editora, 2013.*

LEITÃO, Luís Teles de Menezes, *A responsabilidade pela abertura indevida do processo especial de revitalização, II Congresso de Direito da Insolvência, Coimbra, Almedina, 2014.*

- ***As repercussões da insolvência no contrato de trabalho, Est. Dias Marques, 871***
- ***Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado, 9ª ed., Coimbra, Almedina, 2017.***
- ***Os efeitos da declaração de insolvência sobre os negócios em curso, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Comunicações sobre o Anteprojecto de Código, 61.***

LOPEZ, Vicente Gozalo, *La reforma del derecho concursal aleman*, RDM, 1995, 211.

LOUSA, Nuno Ferreira, *Os créditos garantidos e a posição dos garantistas nos processos recuperatórios de empresas, Revista de Direito da Insolvência, nº 0 (2016)*

LWOWSKI, Hans-Jürgen, vide *Münchener Kommentar zur Insolvenzordnung. InsO*

MACEDO, Pedro de Sousa, *Manual de Direito das Falências*, Coimbra, Almedina, 1964, 1968.

MACIAS, Isabel Candelario/GRILLO, Luisa Rodriguez, *Apuntes sobre el nuevo Codigo de la Insolvencia y de la Recuperacion de Empresas de Portugal*, RDCPc 2 (2005), 395.

- *Comentarios al Codigo de Insolvencia y de la Recuperacion de Empresas en Portugal (Decreto-ley num. 53/2004, de 18 de marzo)*, DNeg 169 (2004), 15.

MADALENO, Cláudia, *Notas sobre as alterações ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Em especial, a opção pela recuperação do devedor,*



Coimbra, Almedina, 2014.

MADRID, Carlos Romero Sanz, *Derecho concursal*, Madrid, Civitas, 2005.

MAI, Vera, *Insolvenzplanverfahren*, ZAP, 2008

MARELLI, Fabio, *Aspetti della liquidazione nella procedura di «riorganizzazione» prevista dal Chapter 11 del Bankruptcy Code degli Stati Uniti*, RDP L/3 (1995), 809.

— *Esperienza applicativa e riforme nella procedura di «riorganizzazione» del diritto fallimentare statunitense*, RDP LIII/1 (1998), 157.

— *La procedura di «riorganizzazione» prevista dal capitolo 11 del «Bankruptcy code» degli Stati Uniti*", RTDPC (1992), 563.

MARISCAL, Pilar Peiteado, *La declaracion de concurso*, Navarra, Thomson-Aranzadi, 2005.

MARTIN, Agustin Jesis Perez-Cruz, vide *Estudios de Derecho concursal*

MARTINS, Alexandre de Soveral, *Articulação entre o PER e o processo de insolvência*, Revista de Direito da Insolvência, nº 0 (2016)

— ***Estudos de Direito da Insolvência*, Coimbra, Almedina, 2018.**

— ***O penhor financeiro e a alienação fiduciária em garantia no processo de insolvência*, Revista de Direito da Insolvência, nº 1 (2017)**

— ***Um Curso de Direito da Insolvência*, Coimbra, Almedina, 2017.**

MARTINS, Cláudia Oliveira Martins, *O Procedimento de Exoneração do Passivo Restante*, Revista de Direito da Insolvência, nº 0 (2016)

MARTINS, Luís M., *Processo de Insolvência. Anotado e comentado*, Coimbra, Almedina, 2014.

— vide SUBTIL, A. Raposo/ESTEVES, Matos/ESTEVES, Maria José/MARTINS, Luís M

MATIAS, Armindo Saraiva, *A insolvência no Direito Bancário*, DirJ XIX/2 (2005), 291.

Miscelâneas 2 (2004), Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho, Coimbra, Almedina.

MONTEIRO, Leonor Pizarro, *O Trabalhador e a Insolvência da Entidade Empregadora*, 1ª ed. Coimbra, Almedina (reimp. 2017).

MONTES, José Luis Gonzalez, vide *Estudios sobre la nueva legislacion concursal*.

MORAIS, Fernando de Gravato, *Resolução em benefício da massa Insolvente*, Coimbra, Almedina, 2008.

MORAIS, Rui Duarte, *Os credores tributários no processo de insolvência*, DirJ XIX/2 (2005), 205

MORGADO, Abílio, *Processos especiais de recuperação da empresa e de falência. Uma apreciação do novo regime*, CTF 370 (1993), 49.

MORENO, Faustino Cordon, *Proceso concursal*, Navarra, Aranzadi, 2005.

Münchener Kommentar zur Insolvenzordnung. InsO (dir. KIRCHHOF/LWOWSKI/STRÜRNER), Bd. 1 — §§ 1-102, *Insolvenzrechtliche Vergütungsverordnung (InsVV)*, 2ª ed., 2007, Bd. 2 — §§ 103-269, 2ª ed., 2008, Bd. 3 — §§ 270-359, *Internationales Insolvenzrecht, Insolvenzsteuerrecht*, 2ª ed., 2008, München, Beck.

MUNOZ, Alberto J. De Martin, vide *La reforma de la legislacion concursal. Estudio sistemático de las Leyes 22/2003 y 8/2003, de 9 de Júlio*.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Nos 20 Anos do Código das Sociedades Comerciais. Homenagem aos Profs. Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier, vol. II – Vária, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.

OLIVEIRA, António Cândido, vide *Estudos em comemoração do decimo aniversário da licenciatura em Direito da Universidade do Minho*.

OLIVEIRA, Rui Estrela de, *Uma brevíssima incursão pelos incidentes de qualificação da insolvência*, in *Revista Julgar* n.º 11 (Maio-Agosto), Coimbra, Coimbra Editora, 2010, 216-217.

PAPE, Gerhard/UHLENBRUCK, Wilhelm, *Insolvenzrecht*, 2ª ed., München, Beck, 2009.

PEREIRA, João Aveiro, *A revitalização económica dos devedores*, O Direito, ano 145, I/II.

PICONE, Luca, *La reorganization nel diritto fallimentare statunitense*, Milano, Giuffrè, 1993.

PIDWELL, Pedro, *O processo de insolvência e a recuperação da Sociedade Comercial de Responsabilidade Limitada*, Coimbra, Coimbra Editora, 2011.

PINHEIRO, Luís de Lima, *Efeitos pessoais da declaração de insolvência*, Est. Dias Marques, 207.

— ***O Regulamento comunitário sobre insolvência. Uma introdução*, ROA 66/III (2006), 1101.**

PINTO, Sónia Cristina Alves Pereira Russel, *A responsabilidade por um pedido infundado de insolvência*, Porto, FDUP, 2011 (PDF).

PIRES, Miguel Lucas, *Dos privilegios creditorios: regime juridico e sua influencia no concurso de credores*, Coimbra, Almedina, 2004.

PLAZAS, José Machado, *El concurso de acreedores culpable — calificación y responsabilidad concursal*, Navarra, Thomson-Civitas, 2006.

O processo de insolvência. Da petição inicial ao pagamento aos credores, Lisboa, Almeida & Leitão, 2007

O Processo de Insolvência - Da Petição Inicial ao Pagamento aos Credores, 2010

RAMALHO, Maria do Rosário Palma, *Aspectos laborais da insolvência. Notas Breves sobre as implicações laborais do regime do Código da Insolvência e da Recuperação das Empresas*, Est. Dias Marques, 687.

RAMOS, Maria Elisabete Gomes, *A insolvência da sociedade e a responsabilização dos administradores no ordenamento jurídico português*, *Prima Facie* 7(2005), 5 ss.

RECK, Reinhard, vide EBELING, Stefan, vide HEVRATH, Michael/EBELING, Stefan/RECK, Reinhard

***Revista de Direito da Insolvência*, Nº 0 (2016) e Nº 1 (2017), dir. MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO**

***Revista de Direito das Sociedades*, ano IX (2017) / nº 1 [número dedicado à Reforma da Insolvência de 2017]**

ROJO, Angel, *La reforma del Derecho concursal italiano y del Derecho concursal español (Un apunte de Derecho comparado desde una perspectiva española)*, ADC 1 (2007), 315 e

— vide *La reforma de la legislación concursal. Jornadas sobre la reforma de la legislación concursal*,



Madrid, 6 a 10 de mayo de 2002.

RUIZ, Manuel Olivencia, *La terminologia juridica de la reforma concursal*, Madrid, Iustel, 2006.

RUSSO, Anabela / SILVA, Maria de Fátima Reis, O Processo Especial de Revitalização no espaço de conexão da jurisprudência dos tribunais comuns e dos tribunais tributários, Revista de Direito da Insolvência, nº 1 (2017)

SANTO, Luís Filipe Espírito, Contratos comerciais, Direito Bancário e Insolvência (C.I.R.E.), Coletânea de Jurisprudência, 2010

SANTOS, Maria João Coutinho dos, *Algumas notas sobre os aspectos económicos da insolvência da empresa*, DirJ XIX/2 (2005),181

SCARSELLI, Giuliano, *La esdebitazione della nuova Legge Fallimentare*, DFallSC 1 (2007), 29.

SCHÄFER, Berthold, *Insolvenzanfechtung. Anhand von Rechtsprechungsbeispielen*, ZAP, 2ª ed., 2008

SHELLBERG, Bernhard, *Verbraucherinsolvenzverfahren und Restschuldbefreiung im neuen Insolvenzrecht*, Bk-ZBB 12 (2001), 858.

SCHMIDT, Karsten, *La reforma del Derecho concursal italiano y el Derecho concursal aleman. Un apunte de Derecho comparado desde unaperspectiva alemana*, ADC 1(2007), 303.

SCHULZ, Dirk/BERT, Ulrich/LESSING, Holger, *Handbuch Insolvenz*, 3ª ed., 2008.

SEIJO, Jose Maria Fernandez, vide *La reforma concursal*.

SERRA, Catarina, A crise da empresa, os trabalhadores e a falência, RDES 3-4(2001)419.

— **A extinção de privilégios creditórios no processo de falência é extensível a hipoteca legal? – Anotação ao Ac. do STJ de 18.6.2002, CDP 2 (2003), 68.**

— **O Novo Regime Português da Insolvência. Uma Introdução, 5 ed., Coimbra, Almedina, 2012.**

— **Alguns aspectos da revisão do regime da falência pelo DL n.º 315/98, de 20 de Outubro, SI 277/279(1999),183.**

— **As novas tendências do direito português da insolvência - Comentário ao regime dos efeitos da insolvência sobre o devedor no Projecto de Código da Insolvência, Estudos em comemoração do decimo aniversário da licenciatura em Direito da Universidade do Minho, 203 = Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Comunicações sobre o Anteprojecto de Código, 21.**

— **«Decoctor ergo fraudator» – A insolvência culposa (esclarecimentos sobre um conceito a propósito de umas presunções). Anotação ao Ac. do TRP de 7.1.2008, CDP 21 (2008), 54.**

— **Efeitos da declaração de falência sobre o falido (após a alteração do DL n.º 315/98, de 20 de Outubro, ao Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência), SI 274/276(1998),267.**

— **Falências derivadas e âmbito subjectivo da falência, Coimbra, Coimbra Editora, 1999.**

— **O Codigo da Insolvencia e da Recuperação de Empresas e o direito registal, Nos 20 Anos do Codigo das Sociedades Comerciais. Homenagem aos**



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Profs. Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier II, 505.

- **PER, processos e créditos laborais**, in *Prontuário do Direito de Trabalho II*, Coimbra, Almedina, 2017.
- **Revitalização – A designação e o misterioso objecto designado. O processo homónimo (PER) e as suas ligações com a insolvência e com o SIREVE**, I Congresso do Direito da Insolvência, Coimbra, Almedina, 2013.

SILVA, Fátima Reis, *Algumas questões processuais no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Uma primeira abordagem*, *Miscelâneas 2* (2004), 51.

— **Paralelismos e diferenças entre o PER e o processo de insolvência ? O plano de recuperação**, *Revista de Direito da Insolvência*, nº 0 (2016)

SILVA, Paula Costa e, A liquidação da massa insolvente, *ROA 65/III* (2005), 713.

SIMONS, Thomas, *La procedura di insolvenza in Germania*, *DFallSC 2* (2003), 625.

SINZ, Ralf/WEGENER, Dirk/HEFERMEHL, Hendrik, *Verbraucherinsolvenz und Insolvenz von Kleinunternehmen*, 2ª ed., 2008

SMID, Stefan, *Sanierungsverfahren nach neuem Insolvenzrecht*, *WM 51-53* (1998) 2489.

SOARES, Rita Mota, Sobre o pedido infundado de declaração de insolvência. Ac. do TRP de 22.4.2008, *CDP 32* (out – dez / 2010), 79-89.

SOUSA, Miguel Teixeira de, A verificação do passivo no processo de falência, *RFDUL XXXVI* (1995), 353.

SOUSA, Susana Aires de, Os Crimes Insolvenciais, *Revista de Direito da Insolvência*, nº 0 (2016)

SUBTIL, A. Raposo/ESTEVEZ, Matos/ESTEVEZ, Maria José/MARTINS, Luís M., *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, Porto, Vida Económica, 2004.

STÜRNER, Rolf, vide *Münchener Kommentar zur Insolvenzordnung. InsO*

Themis, Edição Especial – Novo Direito da Insolvência, 2005.

TORRES, Nuno Maria Pinheiro, O pressuposto objectivo do processo de insolvência, *DIrJ XIX/2* (2005), 165.

UHLENBRUCK, Wilhelm, *Insolvenzordnung Kommentar*, München, Beck, 2002.

— vide PAPE, Gerhard/UHLENBRUCK, Wilhelm.

UREBA, Alberto Alonso, vide *Derecho Concursal. Estudio sistemático de la Ley 22/2003 y de la Ley 8/2003, para la Reforma Concursal*

VALLENS, Jean-Luc, *La reforma del derecho concursal francés de las empresas en dificultades*, *RDCPc 4* (2006), 399.

VASCONCELOS, Luís Miguel Pestana de, A cessão de créditos em garantia e a insolvência. Em particular da posição do cessionário na insolvência do cedente, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.

— **O novo regime insolvencial da compra e venda**, *RFDUP III* (2006), 521.

— **O regime insolvencial do contrato promessa de compra e venda**, *Revista de Direito da*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Insolvência, nº 0 (2016)

VICENTE, Dário Moura, *Insolvência internacional: direito aplicavel*, Est. Dias Marques, 81.

VIEIRA, Hugo da Costa Silva, *Insolvência e processo de revitalização*, Quid Juris, 2012.

VIEIRA, José Alberto, *Insolvência de não empresários e titulares de pequenas empresas*, Est. Dias Marques, 252.

VILLAVERDE, Rafael Garcia, vide *Derecho Concursal. Estudio sistemático de la Ley 22/2003 y de la Ley 8/2003, para la Reforma Concursal*

WAGNER, Herbert, *Insolvenzordnung*, Baden-Baden, Nomos, 1998.

WIMMER, Klaus, vide *Frankfurter Kommentar zur Insolvenzordnung*

Curricular unit sheet

Course of MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA / CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES –
DIREITO DA EMPRESA – DIREITO PENAL 2018/2019

Curricular unit

DIREITO DA INSOLVÊNCIA

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Rui Carlos Gonçalves Pinto – 2 hours per week (theoretical and practical classes)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Learning outcomes of the curricular unit

Understanding the fundamental and legal frameworks of the *bankruptcy legal* system, in order to create in the student skills of critical application of the rules in both theoretical environment as in practical court life.

Syllabus

Based on LUÍS MENEZES LEITÃO, *Direito da Insolvência*, 8ª ed., 2018.



Módulo 1 – Introdução

1. O Direito da Insolvência

- 1.3. *Dimensão substantiva*
- 1.4. *Dimensão adjetiva: processo e procedimento de insolvência*

2. Fontes do Direito da Insolvência

- 2.3. *Evolução geral*
 - 2.3.1. Direitos Romano e Intermédio
 - 2.3.2. A Codificação
 - 2.3.3. Surgimento do princípio da recuperação de empresas
 - 2.3.4. Tendências recentes
 - 2.3.5. A europeização da Insolvência: o Reg (CE) nº 1346 e o Reg (EU) nº 848/2015
- 2.4. *Evolução em Portugal*
 - 2.4.1. Sistema de falência-liquidação: das Ordenações ao Código de Processo Civil de 1939
 - 2.4.2. Sistema de falência-saneamento: do Código de Processo Civil de 1961 ao CPREF
 - 2.4.3. Retorno moderado ao sistema de falência-liquidação: o CIRE, a Lei nº 16/2012, de 20 de Abril e o DL 178/2012, de 3 de agosto
 - 2.4.4. As alterações trazidas pelo Decreto-Lei nº 79/2017, de 30 de junho

3. Situação de insolvência

- 3.3. *Critérios definidores*
- 3.4. *Critério da lei portuguesa*

Módulo 2 – Sujeitos e objeto da insolvência

2. Sujeitos da insolvência

- 1.1 *Regra geral da sujeição ao regime comum da insolvência*
- 1.2. *Regras especiais*
 - 1.2.1. Exclusões absolutas de aplicação
 - 1.2.1. Exclusões relativas de aplicação

2. Objecto da insolvência: a massa insolvente

- 2.3. *Objetivo ativo: a massa insolvente*
 - 2.3.1. Âmbito
 - 2.3.2. Função
 - 2.3.3. Composição
- 2.4. *Objeto passivo: os créditos*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 2.4.1. Conceito e espécie
- 2.4.2. Categorias
 - 2.4.2.1. Dívidas da massa insolvente
 - 2.4.2.2. Créditos garantidos
 - 2.4.2.3. Créditos privilegiados
 - 2.4.2.4. Créditos comuns
 - 2.4.2.5. Créditos subordinados
- 2.4.3. Os créditos sob condição

Módulo 3 – Procedimentos de recuperação do insolvente

3. Procedimentos extrajudiciais

3.1. Sistema de recuperação de empresas por via extrajudicial

- 3.1.1. *Âmbito subjetivo e objetivo*
- 3.1.2. *Pressupostos.*
- 3.1.3. *Procedimento*
- 3.1.4. *Eficácia jurídica*

3.2. Regime extrajudicial de recuperação de empresas

- 3.2.1. *Âmbito subjetivo e objetivo*
- 3.2.2. *Pressupostos*
- 3.2.3. *O Mediador de Recuperação de Empresas. Estatuto*
- 3.2.4. *Procedimento*
- 3.2.5. *Eficácia jurídica*

4. Processos judiciais

4.1. Processo especial de revitalização

- 4.1.1. *Âmbito*
- 4.1.2. *Pressupostos legais*
- 4.1.3. *Procedimento*
- 4.1.4. *Efeitos da nomeação do administrador provisório*
- 4.1.5. *Conclusão do processo de revitalização*
- 4.1.6. *Regimes especiais*
 - 4.1.6.1. *Homologação de acordos extrajudiciais de recuperação do devedor*
 - 4.1.6.2. *Subsistência dos negócios e garantias acordados, apesar da insolvência*

4.2. Processo especial para acordo de pagamento

- 4.2.1. *Âmbito*
- 4.2.2. *Regime*

Módulo 4 – Processo de insolvência

3. Órgãos da insolvência

- 3.1. *Tribunal*



- 3.1.1. Determinação de competência
- 3.1.2. Competências
- 3.2. *Administrador da insolvência*
 - 3.2.1. Nomeação
 - 3.2.2. Funções
 - 3.2.3. Exercício do cargo. Cessação de funções
 - 3.2.4. Remuneração
 - 3.2.5. Fiscalização
 - 3.2.6. Prestação de contas
 - 3.2.7. Responsabilidade: fiscal, disciplinar e civil
- 3.3. *Comissão de credores*
 - 3.3.1. Nomeação e composição
 - 3.3.2. Funções. Cessação
 - 3.3.3. Funcionamento
 - 3.3.4. Estatuto dos membros
- 3.4. *Assembleia de credores*
 - 3.4.1. Competência
 - 3.4.2. Convocação
 - 3.4.3. Participação na assembleia
 - 3.4.4. Votação
 - 3.4.5. Funcionamento e suspensão
 - 3.4.6. Cessação

4. Procedimento

- 4.1. *Pedido de declaração de insolvência*
 - 4.1.1. Legitimidade
 - 4.1.1.1. Devedor
 - 4.1.1.2. Outros legitimados
 - 4.1.2. Requisitos
 - 4.1.3. Falta de fundamentação
 - 4.1.4. Desistência do pedido ou da instância
- 4.2. *Apreciação liminar*
- 4.3. *Oposição*
- 4.4. *Audiência de julgamento*
- 4.5. *Sentença*
 - 4.5.1. Indeferimento
 - 4.5.2. Declaração de insolvência: conteúdo; efeitos (remissão); abertura do incidente de qualificação da incidência (remissão)
 - 4.5.3. Notificação, citação e publicidade
 - 4.5.4. Impugnação
- 4.6. *Reclamação e verificação de créditos*
 - 4.6.1. *Condições materiais*
 - 4.6.2. *Momento. Admissibilidade de reclamação posterior*
 - 4.6.3. *Forma e conteúdo*
 - 4.6.4. *Saneamento*
 - 4.6.5. *Instrução*
 - 4.6.6. *Discussão e julgamento*
 - 4.6.7. *Sentença*
- 4.7. *Restituição e separação de bens. Admissibilidade de restituição posterior*
- 4.8. *Relatório do administrador da insolvência.*
- 4.9. *Assembleia de credores de apreciação do relatório. Abertura do incidente de qualificação da insolvência (remissão)*
- 4.10. *Liquidação da massa insolvente*
 - 4.10.1. Procedimento
 - 4.10.1.1. Início
 - 4.10.1.2. Alienação dos bens da massa insolvente
 - 4.10.1.3. Depósito do produto das vendas



- 4.10.1.4. Conclusão
- 4.10.2. Regimes especiais
 - 4.10.2.1. Liquidação de bens em contitularidade, indivisão ou litigiosos
 - 4.10.2.2. Atos de especial relevo
 - 4.10.2.3. Alienação de empresa compreendida na massa insolvente
- 4.10.3. Liquidação conforme regulação em plano de insolvência (remissão)
- 4.10.4. Vicissitudes: dispensa, suspensão e interrupção da liquidação
- 4.11. *Pagamento*
 - 4.11.1. Distribuição e rateio final
 - 4.11.1.1. Atos
 - 4.11.1.2. Ordem da distribuição dos pagamentos
 - 4.11.1.2.1. Dívidas da massa insolvente
 - 4.11.1.2.2. Créditos garantidos
 - 4.11.1.2.3. Créditos privilegiados
 - 4.11.1.2.4. Créditos comuns
 - 4.11.1.2.5. Créditos subordinados
 - 4.11.1.2.6. Regimes especiais
 - 4.11.1.2.6.1. Credores de obrigações solidárias
 - 4.11.1.2.6.2. Créditos sob condição suspensiva
 - 4.11.1.2.6.3. Créditos emergentes de contrato de trabalho
 - 4.11.1.2.6.4. Créditos do Estado e das autarquias locais
 - 4.11.1.2.6.5. Créditos das instituições de segurança social
 - 4.11.1.2.6.6. Créditos do Instituto do Emprego e Formação Profissional
 - 4.11.2. Operações de pagamento
- 4.12. *Encerramento do processo*
 - 4.12.1. Pressupostos
 - 4.12.2. Efeitos
 - 4.12.3. Publicidade

3. Medidas cautelares

4. Sentença de insolvência (efeitos)

- 4.7. *Efeitos sobre o insolvente*
 - 4.7.1. Efeitos patrimoniais
 - 4.7.1.1. Transferência dos poderes de administração e disposição para o administrador de insolvência. Exceção: a administração pelo devedor
 - 4.7.1.2. Apreensão dos bens
 - 4.7.2. Efeitos pessoais principais
 - 4.7.2.1. A discutida incapacidade do insolvente pessoa singular
 - 4.7.2.2. Dissolução do insolvente pessoa coletiva
 - 4.7.3. Efeitos pessoais secundários
 - 4.7.3.1. Restrição da administração de bens de terceiro pelo insolvente pessoa singular
 - 4.7.3.2. Fixação de residência ao devedor e administradores
 - 4.7.3.3. Deveres de colaboração, informação e apresentação
 - 4.7.3.4. Direito a alimentos do devedor pessoa singular
- 4.8. *Efeitos sobre as ações judiciais*
- 4.9. *Efeitos sobre os créditos*
- 4.10. *Efeitos sobre os negócios em curso*
 - 4.10.1. *Generalidades. Injuntividade dos feitos da insolvência sobre os negócios em curso*
 - 4.10.2. *Direito de opção do administrador de insolvência*
 - 4.10.3. *Casos especiais de prestações de coisas infungíveis e de prestações fracionadas*
 - 4.10.4. *Venda com reserva de propriedade, locação financeira e locação-venda*
 - 4.10.5. *Venda sem entrega*
 - 4.10.6. *Contrato-promessa*
 - 4.10.7. *Operações a prazo*



- 4.10.8. *Contrato de locação*
- 4.10.9. *Contratos de mandato e de gestão*
- 4.10.10. *Procurações*
- 4.10.11. *Contrato de trabalho*
- 4.10.12. *Contrato de prestação de serviços*
- 4.10.13. *Cessão e penhor de créditos futuros*
- 4.10.14. *Contrato de conta-corrente*
- 4.10.15. *Contratos de associação em participação*
- 4.10.16. *Agrupamento complementar de empresas e agrupamento europeu de interesse económico*
- 4.11. *Resolubilidade em benefício da massa insolvente*
 - 4.11.1. *Generalidades*
 - 4.11.1.1. *Soluções históricas*
 - 4.11.1.2. *Relações com a impugnação pauliana*
 - 4.11.1.3. *Exclusões da resolubilidade*
 - 4.11.1.4. *Natureza jurídica*
 - 4.11.2. *Requisitos*
 - 4.11.2.1. *Gerais*
 - 4.11.2.2. *Especiais da resolução incondicional*
 - 4.11.3. *Legitimidade ativa e passiva*
 - 4.11.4. *Formas e prazo de exercício*
 - 4.11.5. *Oponibilidade da resolução a terceiros, incluindo transmissários posteriores*
 - 4.11.6. *Efeitos*
 - 4.11.7. *Impugnação*
- 4.12. *Abertura do incidente de qualificação da insolvência (remissão)*

5. Incidente de qualificação da insolvência

- 5.4. *Pressupostos da qualificação*
- 5.5. *Procedimento*
- 5.6. *Efeitos*
 - 5.6.1. *Inibição para a administração de património de terceiros*
 - 5.6.2. *Inibição para o exercício do comércio e para a ocupação de cargos sociais em certas pessoas coletivas*
 - 5.6.3. *Perda de créditos sobre a insolvência ou sobre a massa insolvente*
 - 5.6.4. *Indemnização aos credores do devedor insolvente*

6. Plano de insolvência

- 6.9. *Generalidades: origem, função e natureza jurídica*
- 6.10. *Âmbito objetivo; exclusões*
- 6.11. *Legitimidade para apresentação de proposta*
- 6.12. *Conteúdo*
- 6.13. *Condições de eficácia*
- 6.14. *Procedimento*
- 6.15. *Efeitos da homologação*
- 6.16. *Execução*

Módulo 5 – Regime especial de insolvência de pessoas singulares

1. Exoneração do passivo restante



1.4. *Pressupostos*

1.5. *Procedimento*

1.5.1. Fase probatória

1.5.1.1. Pedido

1.5.1.2. Indeferimento liminar

1.5.1.3. Despacho inicial

1.5.1.3.1. Conteúdo

1.5.1.3.2. Efeitos

1.5.1.3.2.1. Cessação do rendimento disponível ao credor

1.5.1.3.2.2. Situação jurídica do fiduciário

1.5.1.3.2.3. Situação jurídica do devedor

1.5.1.3.2.4. Situação jurídica do credor

1.5.2. Cessação antecipada do procedimento

1.5.3. Concessão da exoneração do passivo restante. Revogação

1.6. *Natureza jurídica*

2. Plano de pagamentos aos credores

2.7. *Pressupostos*

2.8. *Conteúdo*

2.9. *Procedimento*

2.9.1. Apresentação. Efeitos

2.9.2. Apreciação liminar. Efeitos

2.9.3. Aprovação. Decretamento da insolvência

2.9.4. Termos subsequentes

2.10. *Não aprovação ou revogação*

2.11. *Incumprimento do plano de pagamentos*

2.12. *Instauração de novos processos de insolvência*

3. Insolvência de ambos os cônjuges

3.3. *Generalidades: a coligação de cônjuges*

3.4. *A coligação de cônjuges*

3.4.1. Pressupostos

3.4.2. Verificação

3.4.3. Efeitos

Módulo 6 – *Insolvência internacional*

3. Conceito

4. O Reg (UE) n  848/2015, de 20 de maio, revogatório do Reg (CE) n  1346/2000

4.1. * mbito*

4.1.1. *Material*

4.1.2. *Subjetivo*

4.1.3. *Territorial*

4.1.4. *Temporal*

4.2. *Determinação da lei aplicável*

4.3. *Regras específicas*

4.4. *Regras de competência internacional*



- 4.5. *Interações entre processos internos e comunitários*
4.5.1. *Repercussão dos processos de insolvência pendentes em tribunais portugueses*
4.5.2. *Repercussão em Portugal dos processos de insolvência pendentes no estrangeiro*

Módulo 7 – Direito penal da insolvência

7. **Crime de insolvência dolosa**
8. **Frustração de créditos**
9. **Insolvência negligente**
10. **Favorecimento de credores**
11. **Agravação das penas**
12. **Indiciação de infração penal em processo de insolvência**

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The chosen matters are both the fundamentals of the *bankruptcy legal* system in Portugal as the most important aspects of the portuguese legal framework.

Teaching methodologies (including evaluation)

The matters will be taught in THEORETICAL and PRACTICAL CLASSES (2 hours per week)

A) THEORETICAL CLASSES TIMETABLE

WEEK	AULA+ CONTEÚDOS
1st WEEK	1st CLASS::> Apresentação. Programa. Bibliografia. Avaliação. cronograma 2nd CLASS: > Módulo 1.1. e 1.2. (Theoretical class)
2nd WEEK	3rd CLASS: > Módulo 1.3. (Theoretical class) 4th CLASS: > Módulo 1.3. (Practical class)
3rd WEEK	5th CLASS: > Módulo 2.1 e 2.2. (Theoretical class)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

	6th CLASS: > Módulo 2.1. e 2.2 (Practical class)
4th WEEK	7th CLASS: > Módulo 3.1 e 3.2. (Theoretical class) 8th CLASS: > Módulo 3.1 e 3.2. (Practical class)
5th WEEK	9th CLASS: > Módulo 3.1 e 3.2. (Practical class) 10th CLASS: > Módulo 4.1 (Theoretical class)
6ª WEEK	11th CLASS: > Módulos 4.1 (Practical class) 12th CLASS: > Módulo 4.2. (Theoretical class)
7th WEEK	13th CLASS: > Módulo 4.3. e 4.4. (Theoretical class) 14th CLASS: > Módulo 4.3. e 4.4. (Theoretical class)
8th WEEK	15th CLASS: > Módulo 4.4. (Theoretical class) 16th CLASS: > Módulo 4.4. (Theoretical class)
9th WEEK	17th CLASS: > Módulo 4.4. (Practical class) 18th CLASS: > Módulo 4.5. (Theoretical class)
10th WEEK	19th CLASS: > Módulo 4.5. (Practical class) 20th CLASS: > Módulo 4.5. (Practical class)
11th WEEK	21st CLASS: > Módulos 4.6. (Theoretical class) 22nd CLASS: > Módulo 4.6. (Practical class)
12th WEEK	23rd CLASS: > Módulo 5.1 (Theoretical class) 24th CLASS: > Módulo 5.1 (Practical class)
13th WEEK	25th CLASS: > Módulo 5.1 (Practical class)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

	class) 26th CLASS: > Módulo 5.1. (Practical class)
14th WEEK	27th CLASS: > Módulo 5.2. e 5.3. (Theoretical class) 28th CLASS: > Módulo 5.2. e 5.3. (Practical class)
15th WEEK	29th CLASS: > Módulos 6 e 7 (Theoretical class). 30 th CLASS: > Módulos 6 e 7 (Practical class). Doubts and avaliation.

B) In the PRACTICAL CLASSES the student will put questions, solve practical hypothetical situations and analyse court decisions. A practical situation will be discussed in each "Módulo". These tasks will be evaluated both orally as in writing. Critical and creative thinking will be especially considered valued.

The EVALUATION is composed of the following elements:

– **EVALUATION ELEMENT Nr 1 (20%): oral and written contributions**

– **EVALUATION ELEMENT Nr 2 (40%):**

- a) **Judicial decision analysis (no more than 5 pp.) to be sent by email until 12.00 pm of 4.11.2018, on any subject until point nr. 4.4. of the syllabus [20%]**
- b) **Investigation report (no more than 25 pp.) to be sent by email until 12.00 pm of 16.12.2018 structured in an analysis of a theoretical or practical subject within the following list [20%]:**

LIST OF SUBJECTS

MÓDULO 1

Critérios definidores da insolvência

MÓDULO 2

Regime de insolvência de instituições de crédito
Regime de insolvência de entidades seguradoras
Bens excluídos da massa insolvente
Créditos sob condição
Créditos transmitidos na pendência da insolvência

MÓDULO 3



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Os procedimentos extrajudiciais de recuperação
O Mediador de Recuperação de empresas
Processo especial de revitalização: objeto e efeitos, materiais, processuais, internos e externos
Processo especial de acordo de pagamentos: objeto e efeitos, materiais, processuais, internos e externos

MÓDULO 4.1.-4.4.

Regime do administrador
Factos-índice: natureza jurídica
Créditos emergentes de contrato de trabalho
Créditos da segurança social e IEFP
Sentença de insolvência: efeitos pessoais
Sentença de insolvência: efeitos sobre o contrato-promessa
Sentença de insolvência: efeitos sobre o contrato de locação
Sentença de insolvência: efeitos sobre o contrato de trabalho
Sentença de insolvência: efeitos sobre os negócios em curso; a resolução em benefício da massa

MÓDULO 4.5.-4.6.

Incidente de qualificação da insolvência: responsabilidade dos administradores
Incidente de qualificação da insolvência: critério de culpa
Incidente de qualificação da insolvência: efeitos
Plano de insolvência: conteúdo e efeitos

MÓDULO 5

Exoneração do passivo restante: o fiduciário
Exoneração do passivo restante: efeitos materiais e natureza jurídica

– EVALUATION ELEMENT Nr 3 (50%) final written test about all the matters of the Syllabus; the date will be scheduled by the school competent responsables.

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The methodology allows to develop critical thinking and better perception of the main issues raised by the application of legal regimes within the subjects of the program.

Main Bibliography

WEB SUPORTTING ELEMENTS

- i. CURRICULAR UNIT BLOG: **MOODLE**
- ii. APPEAL COURT DECISIONS DATABASE: <http://www.dgsi.pt> + www.jurisprudencia.csm.org.pt
- iii. PORTUGUESE LAW DATABASE: <http://www.pgdlisboa.pt/pgdl>

BIBLIOGRAPHY



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A. REFERENCE BOOKS

***Direito da Insolvência. Estudos*, Coordenação RUI PINTO, Coimbra, Coimbra Editora, 2011**

LEITÃO, Adelaide, *Direito da Insolvência*, Lisboa, AAFDL, 2017

LEITÃO, Luís Menezes, *Direito da Insolvência*, 8ª ed., Coimbra, Almedina, 2018.

EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual de Direito da Insolvência*, 6ª ed., Coimbra, Almedina, 2014 (reimp. 2016)

FERNANDES, Luís Carvalho/LABAREDA, João, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas anotado. Actualizado de acordo com o Decreto-Lei n.º 282/2007/Procedimento de conciliação Anotado. Legislação complementar. Índices ideográfico e sistemático*, Lisboa, Quid Juris, 2015.

PRATA, Ana / CARVALHO, Jorge Morais / SIMÕES, Rui, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas anotado*, Coimbra, Almedina, 2013.

SERRA, Catarina, *Lições de Direito da Insolvência*, Coimbra, Almedina, 2018.

– *O Regime Português da Insolvência. Uma Introdução*, 5 ed., Coimbra, Almedina, 2012.

B. AUXILIARY BOOKS

The most important books are marked in **bold**, aside the reference books.

ALBUQUERQUE, Pedro de, *A declaração da situação de insolvência. Alguns aspectos do seu processo*, Est. Dias Marques, 773.

— ***Declaração da situação de insolvência*, Dir 137/II (2005), 507.**

— ***Responsabilidade processual por litigância de má fé, abuso de direito e responsabilidade civil em virtude de actos praticados no processo***

— ***A responsabilidade por pedido infundado de declaração da situação de insolvência ou indevida apresentação por parte do devedor*, Coimbra, Almedina, 2006.**

ALEXANDRE, Isabel, *O processo de insolvência: pressupostos processuais, tramitação, medidas cautelares e impugnação da sentença*, Th 2005, 43

ALMEIDA, Aristides Manuel da Silva Rodrigues de, *A responsabilidade pelo pedido infundado ou pela apresentação indevida à insolvência*, RED – Revista Electrónica de Direito, Junho 2015, nº 2, 1 ss.

ALVES, Lurdes Dias, *Pedido de declaração de insolvência por outro legitimado: exercício do direito de ação ou abuso de direito de ação?* VI Congresso Internacional de Ciências Jurídico-Empresariais, 116 ss.



ANDREAS / LEITHAUS, *Insolvenzordnung: InsO*, Beck, 2014.

ANTUNES, José Engrácia, O âmbito subjetivo do incidente de qualificação da insolvência, Revista de Direito da Insolvência, nº 1 (2017)

AREIAS, Maria João, Insolvência de pessoa casada num dos regimes de comunhão ? sua articulação com o regime da responsabilidade por dívidas dos cônjuges, Revista de Direito da Insolvência, nº 1 (2017)

ARSÉNIO, Manuel Silva Arsénio, Recuperação de empresas por via judicial e extrajudicial, Revista de Direito da Insolvência, nº 0 (2016)

ASCENSÃO, José de Oliveira, Efeitos da falência sobre a pessoa e negócios do falido, ROA 55/III (1995), 641.

— **Insolvência: efeitos sobre os negócios em curso Th 2005, 105 = DirJ XIX/2 (2005), 233 = ROA 65/II (2005), 281 = Est. Sousa Franco II, 281.**

AYER, John D. / BERNSTEIN, Michael / FRIEDLAND, Jonathan, An overview of the automatic stay, American Bankruptcy Institute Journal.

BATTLE, Mercedes, Faria, *La calificación del concurso: presupuestos objetivos, sanciones y presunciones legales*, RDM 2004, 67

BECKER, Christoph, *Insolvenzrecht*, 2ª ed., Köln/Berlin/München, Carl Heymanns, 2008.

BORK, Reinhard, *Einführung in das Insolvenzrecht*, Tübingen, Mohr Siebeck, 2005.

— *Der Insolvenzplan*, ZZP, 109(1996), 473.

BORK, Reinhard / HÖLZLE, *Handbuch Insolvenzrecht. Kommentar zur Insolvenzordnung*

BOULAROT, Ana Paula, Processo de insolvência e ações conexas ? Resenha jurisprudencial do STJ 2015 a 2016, Revista de Direito da Insolvência, nº 1 (2017)

BRANCO, José Manuel, Plano de pagamentos, Revista de Direito da Insolvência, nº 0 (2016)

— **Responsabilidade Patrimonial e Insolvência Culposa, Coimbra, Almedina, 2015**

— **Uma abordagem estatística ao fenómeno da insolvência: evolução e tendências. Quem a pede e que respostas recebe do sistema judicial, , Revista de Direito da Insolvência, nº 1 (2017)**

BRAUN, Eberhard, vide *Insolvenzordnung (InsO) Kommentar*.

BRAUN, Susanne, *German Insolvency Act: Special provisions of consumer insolvency proceedings and the discharge of residual debts*, GLJ 1 (2005), 59 ss.

BREI, Kathrin/BULTMANN, Britta, *Insolvenzrecht*, Baden~Baden, Nomos, 2008.

BRITO, Maria Helena, Falências internacionais, Est. Dias Marques, 626.

— **Falências internacionais. Algumas considerações a propósito do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, Th 2005, 183**

CARVALHO, António Nunes de, Reflexos laborais do Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência, RDES 1-2-3 (1995), 55 e 4 (1995), 319.

CASANOVA, Nuno Salazar, Processo Especial de Revitalização - Comentários aos



Artigos 17º - A a 17º I do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, Coimbra Editora, 2014.

CASTAGNOLA, Angelo, *La liberazione del debitore (discharge) nel diritto fallimentare statunitense*, Milano, Giuffrè, 1993.

— *L'esdebitazione del fallito*, GC 3 (2006), 448

CASTRO, Carlos Osório de, *Preâmbulo não publicado do Decreto-Lei que aprova o Código, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Comunicações sobre o Anteprojecto de Código*, 197.

CASTRO, Gonçalo Andrade e, Efeitos da declaração de insolvência sobre os créditos, DirJ XIX/2 (2005), 263.

CÉSAR, Gisela, Os Efeitos da Insolvência sobre o Contrato Promessa em Curso. Em Particular o Contrato-Promessa Sinalizado no caso de Insolvência do Promitente Vendedor, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2017.

Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Comunicações sobre o Anteprojecto de Código. MJ/GPLP, Coimbra, Coimbra Editora, 2004.

COELHO, José Gabriel Pinto, *Efeitos da falência sobre a capacidade do falido, segundo o novo Código de Processo Civil*, Estudos de Direito Comercial, vol. I — Das Falências, Coimbra, Almedina, 1989, 11.

I Congresso de Direito da Insolvência, coord. CATARINA SERRA, Coimbra, Almedina, 2014.

II Congresso de Direito da Insolvência, coord. CATARINA SERRA, Coimbra, Almedina, 2014.

CORDEIRO, António Menezes, Introdução ao Direito da Insolvência, Dir XIX/3 (2005), 465.

- Perspetivas evolutivas do Direito da Insolvência, Coimbra, Almedina, 2014

CORREIA, Ferrer, *Lições de Direito Comercial*, vol. I, Coimbra, 1973.

COSTA, Maria Olímpia da Silva, Dever de Apresentação à Insolvência, Coimbra, Almedina, 2017 (ebook).

COSTA, Salvador da, *O concurso de credores*, Coimbra, Almedina, 2001.

COSTEIRA, Maria José, Novo Direito da Insolvência, Th 2005, 25.

— **Os efeitos da declaração de insolvência no Contrato de Trabalho: a tutela dos créditos laborais, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2017**

— **Verificação e graduação de créditos, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Comunicações sobre o Anteprojecto de Código, 69.**

CRISTAS, Maria da Assunção Oliveira, Exoneração do passivo restante, Th 2005, 165

CRUZ, Nuno Gundar da, Processo especial de revitalização. Estudo sobre os poderes do juiz, Lisboa, Petrony, 2016.

CUNHA, Paulo Olavo, A recuperação de sociedades no contexto do PER e da insolvência, Revista de Direito da Insolvência, nº 0 (2016).

Derecho Concursal. Estudio sistemático de la Ley 22/2003 y de la Ley 8/2003, para la Reforma Concursal, (dir. Garcia Villaverde / Alonso Ureba / Pulgar Ezquerra), Parcuillos del Jarama (Madrid), Dilex, 2003.

DI MASSA, Rudolf, *II diritto concorsuale statunitense fra risanamento e liquidazione*, Fall 9 (2003), 954.



DIAS, Sara Luís, A Afetação do Crédito Tributário no Plano de Recuperação da Empresa Insolvente e no Plano Especial de Revitalização, Revista de Direito da Insolvência, nº 0 (2016)

DINIS, David Sequeira / SACOTO, Constança Borges, Créditos Pré e Pós PER, Revista de Direito da Insolvência, nº 1 (2017)

DIZ, Fernando Martin, *Calificación del concurso. Conclusion y reapertura*, Estudios de Derecho concursal, 589

DUARTE, Rui Pinto, Classificação dos créditos sobre a massa insolvente no Projecto de Código da Insolvência e Recuperação de Empresas, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Comunicações sobre o Anteprojecto de Código, 51.

– **Efeitos da declaração de insolvência quanta a pessoa do devedor, Th 2005, 131.**

EBELING, Stefan, vide HEVRATH, Michael/EBELING, Stefan/RECK, Reinhard.

EIDENMULLER, Horst, *Gesellschafterstellung und Insolvenzplan*, ZUG 5 (2001), 680.

EHRICKE, Ulrich, *Insolvenzrecht*, Tübingen, Springer, 2008.

ENGBERDING, Toni, *Der Insolvenzplan*, Mittbestimmung, 1993 / 3, 62-63.

EPIFANIO, Maria do Rosário, Efeitos da declaração de insolvência sobre o insolvente novo Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, DirJ XIX/2 (2005), 191.

– **Estudos de Direito da Insolvência, 1ª ed., Coimbra, Almedina, (reimp. 2017)**

– **El nuevo derecho concursal portugues, RDCPc 2 (2005), 385.**

– **O processo Especial de Revitalização, Coimbra, Almedina, 2015 (reimp. 2016)**

– **Os efeitos substantivos da falencia, Porto, Universidade Católica Portuguesa, 2000.**

Estudios de derecho concursal, (dir. PEINADO GRACIA / GARACH/JIMENEZ SANCHEZ), Madrid, Marcial Pons, 2006.

Estudios de Derecho concursal, (dir. PEREZ-CRUZ MARTIN), Santiago de Compostela, Torculo Edicions, 2005.

Estudios sobre la nueva legislacion concursal, (int. GONZALEZ MONTES), Centro de Estudios Jundicos, Navarra, Aranzadi, 2006.

Estudos em comemoração do decimo aniversário da licenciatura em Direito da Universidade do Minho, (coordenação CÂNDIDO OLIVEIRA), Coimbra, Almedina, 2004.

Estudos em memória do Professor Doutor António Marques dos Santos, Coimbra, Almedina, 2005.

Estudos em memoria do Professor Doutor José Dias Marques, Coimbra, Almedina, 2007,

Estudos jurídicos e económicos em homenagem ao Professor Doutor Sousa Franco, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.

EZQUERRA, Joana Pulgar, vide *Derecho Concursal. Estudio sistemático de la Ley 22/2003 y de la Ley 8/2003, para la Reforma Concursal*

FERNANDES, Luís Carvalho, A qualificação da insolvência e a administração da massa insolvente pelo devedor, Th 2005, 81.

– **Efeitos de declaração de insolvência no contrato de trabalho segundo o Código da Insolvência e da**



Recuperação de Empresas, sep. RDES 1-2-3 (2004), 5.

— **Efeitos substantivos da declaração de falência, DirJ IX (1995), 19**

— *La exoneración del pasivo restante en la insolvencia de las personanaturales en el derecho portugues, RDCPc 3 (2005), 379*

— **O Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas na evolução do regime da falência no direito português, Est. Marques dos Santos, 1183.**

— **O novo regime da inibição do falido para o exercício do comercio, DirJ XIII (1999), 7.**

— *Profili generali del nuovo regime dell' insolvenza nel diritto portoghese, DFallSC 6 (2004), 1418*

FERNANDES, Luís Carvalho/LABAREDA, João, Coletânea de Estudos sobre a Insolvência, Lisboa, Quid Juris, 2009

— **Insolvências transfronteiriças. Regulamento (CE) n.º 1346/2000 do Conselho anotado, Lisboa, Quid Juris, 2003.**

— **Regime particular da insolvencia dos conjuges, sep. Estudos dos Comemorativos dos 10 anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, vol. II, Coimbra, Almedina, 2008, pp. 705 e s.**

FERNANDEZ, Inês Fernandez, *La calificación del concurso, La reforma de la legislación concursal. Estudio sistemático de las Leyes 22/2003 y 8/2003, de 9 de julio*, 257.

FERRI, Corrado, *La «grande riforma» del diritto fallimentare nella Repubblica Federale Tedesca*, RDP XL/1 (1995) 176.

— *L'esperienza del Chapter 11. Procedura di riorganizzazione dell'impresa in prospettiva di novita legislative*, GC I/1 (2002), 65.

FINCH, Vanessa, *Corporate Insolvency law. Perspectives and principles*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

FOJON, Pablo Gonzalez-Carrero, *La calificación del concurso*, Estudios de Derecho concursal, 623.

FREGE, Michael/KELLER, Ulrich/RIEDEL, Ernst, *Insolvenzrecht*, 7ª ed., München, Beck, 2008.

FRADA, Manuel A. Carneiro, *A responsabilidade dos administradores na insolvência*, ROA 66/II (2006), 653.

Frankfurter Kommentar zur Insolvenzordnung, (dir. WIMMER), 5ª ed., 2008.

FREITAS, José Lebre de, Apreensão, restituição, separação e venda de bens no processo de falência, RFDUL XXXVI (1995), 371.

— *Pedido de declaração de insolvência, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Comunicações sobre o Anteprojecto de Código*, 11.

— **Pressupostos objectivos e subjectivos da insolvencia, Th 2005, 11**

GARAU, Guillermo Alcover, *Introducción al regimen juridico de la calificación concursal, Derecho Concursal. Estudio sistemático de la Ley 22/2003 y de la Ley 8/2003, para la Reforma Concursal*, 487



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- *La calificación concursal y los supuestos de complicidad*, RDCPc 8 (2008), 133.
- GARCIA-CRUCES, José António, *El problema de la represión de la conducta del deudor*, La reforma de la legislación concursal – Jornadas sobre la reforma de la legislación concursal, Madrid, 6 a 10 de mayo de 2002, 247.
- *La calificación del concurso*, Navarra, Aranzadi, 2004.
- GARCÍA-POMAREDA, Blanca Villanueva, Alternativa a la automática subordinación de los créditos de los titulares de participaciones significativas en el concurso, Documentos de Trabajo del Departamento de Derecho Mercantil 2012/54, Marzo 2012, Madrid, Universidad Complutense, PDF em <http://eprints.ucm.es/14702/>**
- GILSANZ, Andres Gutierrez, *La reforma del derecho concursal portugues: el Decreto-ley num. 53/2003, de 18 de marzo, por el que se aprueba el Código de Insolvencia y Recuperación de Empresas*, RDCPc 1 (2004), 360.
- GOTTWALD, Peter, *Insolvenzrechts-Handbuch*, München, beck, 2006.
- GOUVEIA, Mariana França, Verificação do passivo, Th 2005, 151.**
- GRACIA, Ignacio Peinado, vide *Estudios de derecho concursal*, (dir. PEINADO GRACIA/GARACH/JIMENEZ SANCHEZ).
- GUGLIEMUCCI, Lino, *II diritto concorsuale tedesco fra risanamento e liquidazione*, Fall 9 (2003), 993
- *La procedura concorsuale unitaria nell'ordinamento tedesco*, GC 4 (2000), 504
- Vide *La legge tedesca sull'insolvenza (Insolvenzordnung) del 5 ottobre 1994*
- HASEMEYER, Ludwig, *Insolvenzrecht*, Köln/Berlin/Bonn/München, Carl Heymanns, 2003
- HEVRATH, Michael/EBELING, Stefan/RECK, Reinhard, *Schlussrechnungsprüfung im Insolvenzverfahren*, 2008.
- Heidelberger Kommentar zur Insolvenzordnung (InsO)*, (dir. KREFT et alia), 5ª ed., Heidelberg, Müller, 2008.
- HEILMANN, HANS/SMID, Stefan, *Grundzüge des Insolvenzrechts. Eine Einführung in die Grundfragen des Insolvenzrechts und die Probleme seiner Reform*, München, Beck, 1994.
- Il nuovo fallimento. Commentario al R.D. 16 marzo 1942 n. 267 coordinato con le modifiche apportate dalla Legge 14 maggio 2005, n. 80 e dal D.Lgs. 9 gennaio 2006, n. 5*, Milano, Giuffrè, 2006.
- Insolvenzordnung (InsO) Kommentar*, (dir. BRAUN), 6ª ed., München, Beck, 2014.
- JACKSON, Thomas H., *The logic and limits of bankruptcy law*, Washington, Beard Books, 2001.
- JACQUEMONT, Andre, *Droit des entreprises en difficulté*, Paris, Litec, 2007.
- JÚNIOR, E. Santos, O plano de insolvência: algumas notas, Est. Dias Marques, 121.**
- Jurisprudência. A a Z. Insolvência*, Nova Causa, 2012.
- KREFT, Gerhart, vide *Heidelberger Kommentar zur Insolvenzordnung (InsO)*.
- KIRCHHOF, Hans-Peter, vide *Münchener Kommentar zur Insolvenzordnung. InsO*.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

La legge tedesca sail' insolvenza (Insolvenzordnung) del 5 ottobre 1994 (diR. GUGLIEMUCCI), Milano, Giuffr , 2000.

La reforma concursal, (dir. SEIJO), Madrid, Consejo General del Poder Judicial, 2006.

La reforma de la legislacion concursal. Estudio sistemdtico de las Leyes 2/2003 y 8/2003, de 9 de j lio, (dir. MARTIN MUNOZ), Madrid, Dykinson, 2004.

La reforma de la legislacion concursal. Jornadas sobre la reforma de la legislacion concursal, Madrid, 6 a 10 de mayo de 2002, (dir. ANGEL ROJO), Madrid, Marcial Pons, 2003.

LABAREDA, João, O novo Código da Insolv ncia e da Recupera o de Empresas. Alguns aspectos mais controversos, Miscelâneas 2 (2004), 7.

LEDESMA, Juana, Acuerdos de refinanciaci n, escudos preectores y garantias reales, 2012.

LEITÃO, Adelaide Menezes, Insolvência de Pessoas Singulares: a exonera o do passivo restante e o plano de pagamentos. As altera es da Lei n  16/2012, de 20 de Abril, Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Lebre de Freitas, vol. II, Coimbra Editora, 2013.

LEITÃO, Luís Teles de Menezes, A responsabilidade pela abertura indevida do processo especial de revitaliza o, II Congresso de Direito da Insolvência, Coimbra, Almedina, 2014.

- **As repercussões da insolvência no contrato de trabalho, Est. Dias Marques, 871**
- **Código da Insolvência e da Recupera o de Empresas Anotado, 9  ed., Coimbra, Almedina, 2017.**
- **Os efeitos da declara o de insolvência sobre os negócios em curso, Código da Insolvência e da Recupera o de Empresas. Comunica es sobre o Anteprojecto de Código, 61.**

LOPEZ, Vicente Gozalo, *La reforma del derecho concursal aleman*, RDM, 1995, 211.

LOUSA, Nuno Ferreira, Os créditos garantidos e a posi o dos garantos nos processos recuperat rios de empresas, Revista de Direito da Insolvência, n  0 (2016)

LWOWSKI, Hans-Jürgen, vide *Münchener Kommentar zur Insolvenzordnung. InsO*

MACEDO, Pedro de Sousa, *Manual de Direito das Fal ncia*, Coimbra, Almedina, 1964, 1968.

MACIAS, Isabel Candelario/GRILLO, Luisa Rodriguez, *Apuntes sobre el nuevo Codigo de la Insolvencia y de la Recuperacion de Empresas de Portugal*, RDCPc 2 (2005), 395.

- *Comentarios al Codigo de Insolvencia y de la Recuperacion de Empresas en Portugal (Decreto-ley num. 53/2004, de 18 de marzo), DNeg 169 (2004), 15.*

MADALENO, Cláudia, Notas sobre as altera es ao Código da Insolv ncia e da Recupera o de Empresas. Em especial, a op o pela recupera o do devedor, Coimbra, Almedina, 2014.

MADRID, Carlos Romero Sanz, *Derecho concursal*, Madrid, Civitas, 2005.

MAI, Vera, *Insolvenzplanverfahren*, ZAP, 2008



MARELLI, Fabio, *Aspetti della liquidazione nella procedura di «riorganizzazione» prevista dal Chapter 11 del Bankruptcy Code degli Stati Uniti*, RDP L/3 (1995), 809.

– *Esperienza applicativa e riforme nella procedura di «riorganizzazione» del diritto fallimentare statunitense*, RDP LIII/1 (1998), 157.

– *La procedura di «riorganizzazione» prevista dal capitolo 11 del «Bankruptcy code» degli Stati Uniti*", RTDPC (1992), 563.

MARISCAL, Pilar Peiteado, *La declaracion de concurso*, Navarra, Thomson-Aranzadi, 2005.

MARTIN, Agustin Jesis Perez-Cruz, vide *Estudios de Derecho concursal*

MARTINS, Alexandre de Soveral, *Articulação entre o PER e o processo de insolvência*, Revista de Direito da Insolvência, nº 0 (2016)

– *Estudos de Direito da Insolvência*, Coimbra, Almedina, 2018.

– *O penhor financeiro e a alienação fiduciária em garantia no processo de insolvência*, Revista de Direito da Insolvência, nº 1 (2017)

– *Um Curso de Direito da Insolvência*, Coimbra, Almedina, 2017.

MARTINS, Cláudia Oliveira Martins, *O Procedimento de Exoneração do Passivo Restante*, Revista de Direito da Insolvência, nº 0 (2016)

MARTINS, Luís M., *Processo de Insolvência. Anotado e comentado*, Coimbra, Almedina, 2014.

– vide SUBTIL, A. Raposo/ESTEVES, Matos/ESTEVES, Maria José/MARTINS, Luís M

MATIAS, Armindo Saraiva, *A insolvência no Direito Bancário*, DirJ XIX/2 (2005), 291.

Miscelâneas 2 (2004), Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho, Coimbra, Almedina.

MONTEIRO, Leonor Pizarro, *O Trabalhador e a Insolvência da Entidade Empregadora*, 1ª ed. Coimbra, Almedina (reimp. 2017).

MONTES, José Luis Gonzalez, vide *Estudios sobre la nueva legislacion concursal*.

MORAIS, Fernando de Gravato, *Resolução em benefício da massa Insolvente*, Coimbra, Almedina, 2008.

MORAIS, Rui Duarte, *Os credores tributários no processo de insolvência*, DirJ XIX/2 (2005), 205

MORGADO, Abílio, *Processos especiais de recuperação da empresa e de falência. Uma apreciação do novo regime*, CTF 370 (1993), 49.

MORENO, Faustino Cordon, *Proceso concursal*, Navarra, Aranzadi, 2005.

Münchener Kommentar zur Insolvenzordnung. InsO (dir. KIRCHHOF/LWOWSKI/STRÜRNER), Bd. 1 – §§ 1-102, *Insolvenzrechtliche Vergütungsverordnung (InsVV)*, 2ª ed., 2007, Bd. 2 – §§ 103-269, 2ª ed., 2008, Bd. 3 – §§ 270-359, *Internationales Insolvenzrecht, Insolvenzsteuerrecht*, 2ª ed., 2008, München, Beck.

MUNOZ, Alberto J. De Martin, vide *La reforma de la legislacion concursal. Estudio sistemático de las Leyes 22/2003 y 8/2003, de 9 de Júlio*.

Nos 20 Anos do Código das Sociedades Comerciais. Homenagem aos Profs. Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier, vol. II – *Vária*, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

OLIVEIRA, António Cândido, vide *Estudos em comemoração do decimo aniversário da licenciatura em Direito da Universidade do Minho*.

OLIVEIRA, Rui Estrela de, *Uma brevíssima incursão pelos incidentes de qualificação da insolvência*, in *Revista Julgar* n.º 11 (Maio-Agosto), Coimbra, Coimbra Editora, 2010, 216-217.

PAPE, Gerhard/UHLENBRUCK, Wilhelm, *Insolvenzrecht*, 2ª ed., München, Beck, 2009.

PEREIRA, João Aveiro, *A revitalização económica dos devedores*, O Direito, ano 145, I/II.

PICONE, Luca, *La reorganization nel diritto fallimentare statunitense*, Milano, Giuffrè, 1993.

PIDWELL, Pedro, *O processo de insolvência e a recuperação da Sociedade Comercial de Responsabilidade Limitada*, Coimbra, Coimbra Editora, 2011.

PINHEIRO, Luís de Lima, *Efeitos pessoais da declaração de insolvência*, Est. Dias Marques, 207.

— ***O Regulamento comunitário sobre insolvência. Uma introdução*, ROA 66/III (2006), 1101.**

PINTO, Sónia Cristina Alves Pereira Russel, *A responsabilidade por um pedido infundado de insolvência*, Porto, FDUP, 2011 (PDF).

PIRES, Miguel Lucas, *Dos privilegios creditorios: regime juridico e sua influencia no concurso de credores*, Coimbra, Almedina, 2004.

PLAZAS, José Machado, *El concurso de acreedores culpable — calificacion y responsabilidad concursal*, Navarra, Thomson-Civitas, 2006.

O processo de insolvência. Da petição inicial ao pagamento aos credores, Lisboa, Almeida & Leitão, 2007

O Processo de Insolvência - Da Petição Inicial ao Pagamento aos Credores, 2010

RAMALHO, Maria do Rosário Palma, *Aspectos laborais da insolvência. Notas Breves sobre as implicações laborais do regime do Código da Insolvência e da Recuperação das Empresas*, Est. Dias Marques, 687.

RAMOS, Maria Elisabete Gomes, *A insolvência da sociedade e a responsabilização dos administradores no ordenamento jurídico português*, *Prima Facie* 7(2005), 5 ss.

RECK, Reinhard, vide EBELING, Stefan, vide HEVRATH, Michael/EBELING, Stefan/RECK, Reinhard

***Revista de Direito da Insolvência*, N.º 0 (2016) e N.º 1 (2017), dir. MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO**

***Revista de Direito das Sociedades*, ano IX (2017) / n.º 1 [número dedicado à Reforma da Insolvência de 2017]**

ROJO, Angel, *La reforma del Derecho concursal italiano y del Derecho concursal espanol (Un apunte de Derecho comparado desde una perspectiva espanola)*, ADC 1 (2007), 315 e

— vide *La reforma de la legislacion concursal. Jornadas sobre la reforma de la legislacion concursal*, Madrid, 6 a 10 de mayo de 2002.

RUIZ, Manuel Olivencia, *La terminologia juridica de la reforma concursal*, Madrid, Iustel, 2006.

RUSSO, Anabela / SILVA, Maria de Fátima Reis, *O Processo Especial de Revitalização no*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

espaço de conexão da jurisprudência dos tribunais comuns e dos tribunais tributários, Revista de Direito da Insolvência, nº 1 (2017)

SANTO, Luís Filipe Espírito, Contratos comerciais, Direito Bancário e Insolvência (C.I.R.E.), Coletânea de Jurisprudência, 2010

SANTOS, Maria João Coutinho dos, *Algumas notas sobre os aspectos económicos da insolvência da empresa*, DirJ XIX/2 (2005), 181

SCARSELLI, Giuliano, *La esdebitazione della nuova Legge Fallimentare*, DFallSC 1 (2007), 29.

SCHÄFER, Berthold, *Insolvenzanfechtung. Anhand von Rechtsprechungsbeispielen*, ZAP, 2ª ed., 2008

SHELLBERG, Bernhard, *Verbraucherinsolvenzverfahren und Restschuldbefreiung im neuen Insolvenzrecht*, Bk-ZBB 12 (2001), 858.

SCHMIDT, Karsten, *La reforma del Derecho concursal italiano y el Derecho concursal alemán. Un apunte de Derecho comparado desde unaperspectiva alemana*, ADC 1(2007), 303.

SCHULZ, Dirk/BERT, Ulrich/LESSING, Holger, *Handbuch Insolvenz*, 3ª ed., 2008.

SEIJO, Jose Maria Fernandez, vide *La reforma concursal*.

SERRA, Catarina, A crise da empresa, os trabalhadores e a falência, RDES 3-4(2001)419.

— **A extinção de privilégios creditórios no processo de falência é extensível a hipoteca legal? – Anotação ao Ac. do STJ de 18.6.2002, CDP 2 (2003), 68.**

— **O Novo Regime Português da Insolvência. Uma Introdução, 5 ed., Coimbra, Almedina, 2012.**

— **Alguns aspectos da revisão do regime da falência pelo DL n.º 315/98, de 20 de Outubro, SI 277/279(1999),183.**

— **As novas tendências do direito português da insolvência - Comentário ao regime dos efeitos da insolvência sobre o devedor no Projecto de Código da Insolvência, Estudos em comemoração do decimo aniversário da licenciatura em Direito da Universidade do Minho, 203 = Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Comunicações sobre o Anteprojecto de Código, 21.**

— **«Decoctor ergo fraudator» – A insolvência culposa (esclarecimentos sobre um conceito a propósito de umas presunções). Anotação ao Ac. do TRP de 7.1.2008, CDP 21 (2008), 54.**

— **Efeitos da declaração de falência sobre o falido (após a alteração do DL n.º 315/98, de 20 de Outubro, ao Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência), SI 274/276(1998),267.**

— **Falências derivadas e âmbito subjectivo da falência, Coimbra, Coimbra Editora, 1999.**

— **O Codigo da Insolvencia e da Recuperação de Empresas e o direito registal, Nos 20 Anos do Codigo das Sociedades Comerciais. Homenagem aos Profs. Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier II, 505.**

— **PER, processos e créditos laborais, in Prontuário do Direito de Trabalho II, Coimbra, Almedina, 2017.**



— **Revitalização – A designação e o misterioso objecto designado. O processo homónimo (PER) e as suas ligações com a insolvência e com o SIREVE, I Congresso do Direito da Insolvência, Coimbra, Almedina, 2013.**

SILVA, Fátima Reis, *Algumas questões processuais no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Uma primeira abordagem*, *Miscelâneas 2* (2004), 51.

— **Paralelismos e diferenças entre o PER e o processo de insolvência ? O plano de recuperação, Revista de Direito da Insolvência, nº 0 (2016)**

SILVA, Paula Costa e, A liquidação da massa insolvente, ROA 65/III (2005), 713.

SIMONS, Thomas, *La procedura di insolvenza in Germania*, *DFallSC 2* (2003), 625.

SINZ, Ralf/WEGENER, Dirk/HEFERMEHL, Hendrik, *Verbraucherinsolvenz und Insolvenz von Kleinunternehmen*, 2ª ed., 2008

SMID, Stefan, *Sanierungsverfahren nach neuem Insolvenzrecht*, *WM 51-53* (1998) 2489.

SOARES, Rita Mota, Sobre o pedido infundado de declaração de insolvência. Ac. do TRP de 22.4.2008, CDP 32 (out – dez / 2010), 79-89.

SOUSA, Miguel Teixeira de, A verificação do passivo no processo de falência, RFDUL XXXVI (1995), 353.

SOUSA, Susana Aires de, Os Crimes Insolvenciais, Revista de Direito da Insolvência, nº 0 (2016)

SUBTIL, A. Raposo/ESTEVEES, Matos/ESTEVEES, Maria José/MARTINS, Luís M., *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, Porto, Vida Económica, 2004.

STÜRNER, Rolf, vide *Münchener Kommentar zur Insolvenzordnung. InsO*

Themis, Edição Especial – Novo Direito da Insolvência, 2005.

TORRES, Nuno Maria Pinheiro, O pressuposto objectivo do processo de insolvência, DIrJ XIX/2 (2005), 165.

UHLENBRUCK, Wilhelm, *Insolvenzordnung Kommentar*, München, Beck, 2002.

— vide PAPE, Gerhard/UHLENBRUCK, Wilhelm.

UREBA, Alberto Alonso, vide *Derecho Concursal. Estudio sistemático de la Ley 22/2003 y de la Ley 8/2003, para la Reforma Concursal*

VALLENS, Jean-Luc, *La reforma del derecho concursal frances de las empresas en dificultades*, *RDCPc 4* (2006), 399.

VASCONCELOS, Luís Miguel Pestana de, A cessão de créditos em garantia e a insolvência. Em particular da posição do cessionário na insolvência do cedente, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.

— **O novo regime insolvencial da compra e venda, RFDUP III (2006), 521.**

— **O regime insolvencial do contrato promessa de compra e venda, Revista de Direito da Insolvência, nº 0 (2016)**

VICENTE, Dário Moura, *Insolvência internacional: direito aplicável*, Est. Dias Marques, 81.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

VIEIRA, Hugo da Costa Silva, *Insolvência e processo de revitalização*, Quid Juris, 2012.

VIEIRA, José Alberto, *Insolvência de não empresários e titulares de pequenas empresas*, Est. Dias Marques, 252.

VILLAVERDE, Rafael Garcia, vide *Derecho Concursal. Estudio sistemático de la Ley 22/2003 y de la Ley 8/2003, para la Reforma Concursal*

WAGNER, Herbert, *Insolvenzordnung*, Baden-Baden, Nomos, 1998.

WIMMER, Klaus, vide *Frankfurter Kommentar zur Insolvenzordnung*